

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Curso de Ciências Sociais

Bruna Rossi Koerich

De mãe para filha: rupturas e continuidades de trajetórias familiares em trabalho doméstico

Porto Alegre
2013

Bruna Rossi Koerich

De mãe para filha: Rupturas e continuidades de trajetórias familiares em trabalho doméstico

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão - Sociologia como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof. Dra. Marilis Lemos de Almeida

Porto Alegre
2013

Bruna Rossi Koerich

De mãe para filha: Rupturas e continuidades de trajetórias familiares em trabalho doméstico

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão - Sociologia como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof. Dra. Marilis Lemos de Almeida

Apresentada em: 16/12/2013

Prof. Dra. Marilis Lemos de Almeida
(UFRGS)

Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda
(UFRGS)

Prof. Dra. Naira Lisboa Franzoi
(UFRGS)

A essas mulheres que tem suas trajetórias de trabalho, de vida e de resistência, por vezes, mais invisibilizadas do que a própria natureza desse trabalho não-visto.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de conclusão de curso parte do princípio de que através da reconstrução de narrativas podemos expor acontecimentos importantes para quem as viveu, além de apresentar o contexto em que esses acontecimentos emergiram. É possível, também, através desse processo, procurar a construção de sentidos e expor os aspectos subjetivos de uma história.

È o processo que fizemos com a história de oito mulheres, de quatro famílias, tentando demonstrar as continuidades e rupturas em trajetórias familiares em trabalho doméstico, procurando alterações no campo de possibilidades que levam à reorientações no projeto de futuro.

Mas esse trabalho também possui uma história, uma história que também é coletiva. Assim, nessa seção, mais do que agradecer pessoas que foram importantes para a sua elaboração, quero dar crédito àqueles que foram co-protagonistas dessa narrativa.

Essa história começou no momento em que preferi reordenar meu projeto de futuro, e viajar 800 km em busca do meu sonho. Assim, agradeço aos primeiros protagonistas dessa narrativa, Nélis, Dalmor e Camila (minha família *Stricto Sensu*) por terem apoiado a minha decisão de ingressar nas Ciências Sociais, mesmo sabendo que desejavam um futuro profissional diferente para mim. Agradeço a toda a minha família *Lato Sensu* e aos amigos beltronenses por terem respeitado a distância que nos separou durante esses anos, e por sentirem orgulho de mim ainda que não tenham muita certeza do que um sociólogo faz.

O segundo capítulo dessa história é escrito por aqueles que me acompanharam nos primeiros meses de curso. Agradeço aos meus colegas do “/nove” por terem feito a vida universitária parecer tão divertida e por me mostrarem, com suas indecisões, o quanto a minha decisão havia sido acertada. Como é comum o desenvolvimento de maior afinidade por algumas pessoas, agradeço em especial à Marina, por me deixar ser sua sombra no início do curso, à Cecília por colorir um pouco a realidade e à Bruna, por ser meu oposto complementar desde as primeiras semanas de aula até as últimas páginas desse trabalho.

Agradeço com profundo carinho os três outros integrantes do meu quarteto fantástico, Laurence, Miguel e Igor, e as adjacências a ele que foram surgindo ao longo do caminho, por terem recheado esse história de risos, de carinho e de discussões acaloradas, como o fazem até hoje.

Agradeço, também, a todos os professores que tive durante a graduação e, em especial, àqueles que não são orientados simplesmente pelo *produtivismo científico* como, infelizmente,

acontece com frequência. Àqueles que possuem uma relevância mais significativa na construção desse trabalho serão citados no decorrer da trajetória.

Já nos primeiros meses do curso, um passo muito importante para este trabalho aconteceu: o despertar do meu interesse pelos estudos de gênero. Tenho muitas pessoas a agradecer nesse ponto, e tendo certeza de que não conseguirei listar todas, detenho-me a agradecer o(a)s companheiro(a)s que à época compunham comigo o Coletivo de Mulheres da UFRGS, meu reduto de inspiração feminista cotidiano.

No meu segundo ano de faculdade, comecei a atuar no Levante Popular da Juventude. Esse fato é importante para esta narrativa porque a partir desse momento comecei um árduo e insistente processo de produzir um conhecimento sócio-referenciado. Desse modo, agradeço a todos meus companheiros de ontem, de hoje e de amanhã, e, mais do que isso, a todos os lutadores e lutadores do Projeto Popular por me lembrarem todos os dias de refletir “para quem serve meu conhecimento”.

Acelerando um tanto a narrativa para deter-me nos acontecimentos essenciais, em 2011 participei de um grupo de pesquisa fundamental para o acontecimento desse trabalho. Lá, desenvolvi a minha primeira pesquisa, intitulada *Os jovens e o mundo do trabalho: uma análise dos enunciados em experiências do ProJovem Urbano de Porto Alegre*. Essa pesquisa foi o meu primeiro contato científico com o tema da juventude, e foi o início de uma relação profunda e conturbada com esse objeto. Agradeço a todos os colegas do grupo de pesquisa, e agradeço com muita admiração à Professora Nair Iracema por me mostrar o quanto a interdisciplinaridade pode trazer excelentes resultados, mesmo que arranque algumas lágrimas ao longo do caminho.

No mesmo mês em que finalizei o relatório final da supracitada pesquisa, tive que delimitar o tema do anteprojeto deste trabalho. Enquanto quebrava a cabeça tentando unir dois temas de profundo interesse (gênero e juventude) contei com algumas ajudas até chegar ao objeto das jovens trabalhadoras domésticas. Desse processo, mais do que à qualquer outra pessoa, agradeço ao Glauco, que foi bastante protagonista nesta história, assim como nas demais esferas de minha vida, e por quem guardo profundo carinho e admiração. Agradeço, também, aos demais pesquisadores do *Conclage*, em especial a Deise Luiza Ferraz, por me oferecer essa oportunidade incrível de discutir coletivamente essas duas dimensões tão caras à minha pesquisa: *classe e gênero*.

Depois de escolhido o objeto, o passo seguinte foi fundamental: cursei a disciplina de *Sociologia do Trabalho*, e por isso agradeço imensamente à Professora Naira Lapis por ter me encantado com as discussões dessa área da sociologia e por ter sido, mesmo que sem saber, a

primeira orientadora deste estudo.

Na disciplina de *Projeto de Trabalho de Conclusão* tive a oportunidade de aparar arestas e delimitar objetivos e processos. Sou muito grata à Professora Cínara por ter me incentivado e ser a segunda orientadora dessa pesquisa e à Élen por ser uma inspiração para mim e compartilhar comigo toda a emoção que o contato com as “nossas” interlocutoras pode nos trazer.

Em nenhuma outra fase dessa trajetória tive aprendizados melhores que durante o período de coleta de dados primários. Agradeço imensamente à essas oito mulheres que me ensinaram tanto sobre a vida e que são as verdadeiras protagonistas dessa narrativa.

Chegando já nas últimas etapas dessa narrativa, faltam-me palavras para agradecer à minha orientadora, Prof. Marilis. Não sou capaz de agradecê-la, tanto quanto devo, por ser sempre um exemplo profissional, por ter instigado os primeiros caminhos da minha imaginação sociológica, ainda na disciplina de *Introdução ao Pensamento Sociológico*, por ter despertado meu interesse no materialismo na disciplina de *Sociologia Clássica*, por ter proporcionado-me uma vivência interdisciplinar nas Ciências Humanas, ao mesmo tempo que incentivava um casamento entre a teoria e a prática engajada, por ter me proporcionado experimentações de pesquisa essenciais para esse estudo durante as disciplinas de *Pesquisa Sociológica* e *Políticas de Trabalho e Emprego*. E, por fim, por ter orientado essa pesquisa com muita dedicação, mas sempre entendendo os percalços e demandas que a o destino me impunha.

Os últimos meses dessa narrativa foram construídos à muito custo e tenho gratidão por aqueles que foram minhas fontes de apoio nesse período. Agradeço enfaticamente ao Marcelo por mostrar que além de ser meu companheiro de luta, de sonhos, de projetos e de objetivo, pode ser meu companheiro de preciosismo metodológico e de finais de semana exageradamente produtivos. Que a história das nossas monografias seja uma boa lembrança na memória dos caminhos por nós percorridos.

Agradeço à Professora Naira Franzoi e ao Professor Fernando Cotanda por terem aceitado comporem a banca de defesa desse trabalho, dedicando seu escasso tempo à formação de novos pesquisadores. À este último, agradeço também por ser um tutor tão preocupado em entrelaçar projetos individuais e coletivos no Programa de Educação Tutorial.

Sou grata, também, àqueles que são os protagonistas inconscientes dessa trajetória: os autores que me ofereceram subsídio teórico e metodológico para a escrita. Mesmo sem conhecê-los, agradeço especialmente à Liana Canto e Alexandre Fraga porque suas dissertações chegaram até mim em um momento de bastante dificuldade e serviram de

inspiração para a retomada do meu ânimo.

Por fim, agradeço àqueles que acompanharam de forma transversal essa narrativa: colegas do PET; companheiros do Grupo de Trabalho Universidade Popular; pessoas com quem co-habitei, principalmente a Gabi, o Rapha e a Jardélia que por vezes aceitaram essa pesquisa como desculpa para a negligência nos afazeres domésticos; companheiros do Centro de Estudantes de Ciências Sociais; muitos amigos que, dando sentido à minha vida, impulsionaram a construção dessa história, e todos aqueles que cruzaram meu caminho e que de alguma forma influenciaram a construção dessa narrativa.

Não é um esforço que é só meu. Foi um esforço coletivo para que a história mudasse.

(Kely, 24 anos)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar se a ampliação no *campo de possibilidades* dos jovens contemporâneos aponta para rupturas nas trajetórias familiares em trabalho doméstico. Considerando que dados acenam para um baixo incremento da população ocupada em serviços domésticos e um envelhecimento do perfil dessas trabalhadoras, esta pesquisa busca averiguar se as últimas gerações de famílias com histórico de inserção em trabalho doméstico constroem trajetórias profissionais ligadas a outras ocupações. Optou-se por inquirir quais eram as expectativas de futuro das trabalhadoras domésticas que são mães e das filhas de trabalhadoras domésticas, tanto as que seguiram nessa ocupação como as que não o fizeram. Os dados foram coletados por meio da adaptação da técnica conhecida como Entrevista Narrativa, agregando características típicas da Entrevista Episódica, e analisados de acordo com os princípios da Análise Temática. O estudo apontou para a centralidade do trabalho no processo de transição para a vida adulta das jovens estudadas e para a construção de projetos individuais e familiares orientados para a mobilidade social.

Palavras - chave: Trabalho doméstico; Transição para a vida adulta; Projeto de futuro

ABSTRACT

The present study aims to investigate whether the expansion of possibilities in the field of contemporary young people points to disruptions in family trajectories in housework . Whereas data wave to a low increase of the population employed in domestic services and aging profile of these workers , this research seeks to determine whether the latest generations of families with a history of insertion housework build career paths bonded to other occupations . We chose to inquire what were the expectations for the future of domestic workers who are mothers and domestic workers daughters, both those who followed this occupation as that did not. Data were collected through an adaptation of the technique known as Narrative Interview , adding features typical of Episodic Interview , and analyzed according to the principles of thematic analysis. The study pointed to the centrality of work in the transition to adulthood of young people studied and the construction of individual designs and family oriented social mobility .

Keywords: Domestic work; Transition to adulthood; Future project

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Relação entre conceitos e tipologias fundamentais do trabalho doméstico..... | 35 |
| Figura 2 - Empregados domésticos sobre o total de ocupados por sexo, de 1992 a 2009 (%) | 37 |
| Figura 3 - População feminina ocupada em serviços domésticos por cor/raça. Brasil, 1995 a 2009. | 39 |
| Figura 4 - Composição etária dos ocupados em serviços domésticos (%). Brasil, 1992 a 2009 | 41 |
| Figura 5 - Proporção de diaristas e mensalistas no total de trabalhadores domésticos. Brasil, 1993 a 2009. | 42 |
| Figura 6 - Rendimento por anos de estudo conforme grupamento de atividades (R\$). Regiões metropolitanas brasileiras, 2012. | 43 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1- Participação por sexo nas principais atividades de serviço doméstico (%)...... | 38 |
|---|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CLT** - Consolidação das Leis de Trabalho
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA** - Instituto de Pesquisa em Estatística Aplicada
- MPS** – Ministério da Previdência Social
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- PEC** – Projeto de Emenda Constitucional
- PME** – Pesquisa Mensal de Emprego
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- SPS** – Secretaria da Previdência Social

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 16 |
| 2. O trabalho doméstico na teoria: uma breve visita à literatura | 22 |
| 2.1. A divisão sexual do trabalho..... | 22 |
| 2.2. O trabalho doméstico..... | 27 |
| 2.3. Muitos conceitos em um: a heterogeneidade do trabalho doméstico | 32 |
| 3. O serviço doméstico em dados: um panorama da ocupação no país | 36 |
| 3.1. Um trabalho feminino e negro: desigualdades sexuais que marcam a ocupação..... | 36 |
| 3.2. Transformações no serviço doméstico brasileiro | 39 |
| 4. O serviço doméstico em família: continuidades e rupturas nas trajetórias e projetos | 46 |
| 4.1. As donas das narrativas: perfil das entrevistadas e suas famílias..... | 46 |
| 4.2. Trajetórias familiares em trabalho doméstico..... | 47 |
| 4.3. Trajetórias juvenis e processos de transição para a vida adulta..... | 52 |
| 4.4. Projetos individuais e familiares de futuro | 61 |
| 5. Considerações Finais | 67 |
| 6. Referências | 70 |

1. INTRODUÇÃO

A melhor maneira de começar essa introdução é dizendo que aqui foi necessário abrir mão das formalidades que serão imprescindíveis no restante do trabalho, assim como o fez Fraga (2010) em sua seção *Pra início de conversa*. Isto porque pretendo expor nessas poucas páginas, além de uma apresentação do estudo realizado, a minha relação com o objeto estudado e forma como a minha consciência de pesquisadora foi se desenvolvendo ao longo da elaboração desse trabalho.

Se, conforme expôs Almeida (2010), “A introdução é um bom momento para refazer o percurso de elaboração do produto provisoriamente finalizado”, considero importante apresentar o percurso percorrido por esta pesquisa antes mesmo da delimitação específica de seu objeto:

O primeiro esboço desse estudo, realizado na forma de anteprojeto apresentado na disciplina de Introdução à Pesquisa Social, pretendia “produzir uma análise da maneira pela qual a categoria trabalho é percebida por jovens empregadas domésticas.” A hipótese central era a de que as jovens trabalhadoras, ao contrário das demais, percebiam o trabalho doméstico como passageiro, e, sendo assim, suas aspirações não se esgotariam na regulamentação ou melhorias nas condições de trabalho, mas compreenderiam também a possibilidade de mudança para outra atividade profissional.

Contudo, a publicação da Síntese dos Indicadores Sociais da PNAD de 2011 (IBGE, 2012) apontou para um significativo envelhecimento da população ocupada em serviços domésticos, especialmente na região sul do país, prenunciando uma dificuldade que a pesquisa exploratória me demonstraria meses mais tarde: o número de trabalhadoras domésticas jovens, entendidas aqui como até 24 anos era tão escasso em Porto Alegre, que não foi possível construir uma rede de entrevistadas. Mesmo visitando três agências de emprego, recorrendo à contatos informais e ampliando a faixa até os 30 anos, não encontrei uma única interlocutora com esse perfil. Diante desse cenário, algumas mudanças foram sendo feitas a cada leitura até que, por fim, chegamos - no plural porque esse processo contou com o auxílio de muitas pessoas - ao objetivo que orienta esse estudo: entender como a ampliação no campo de possibilidades dos jovens contemporâneos gera rupturas nas trajetórias familiares em trabalho doméstico.

Para tanto, buscamos investigar os projetos de futuro individuais e coletivos construídos para a última geração de mulheres das famílias estudadas. Partimos da noção de *projeto* desenvolvida por A. Schutz e utilizada por Velho (1999), para quem:

As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de *projetos* com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros *projetos* individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidades*. (p. 47)

Assim, a construção de um projeto de futuro passa por um processo de negociação com o possível, pela relação entre as vontades individuais e as condições objetivas existentes. Menandro et al (2003) atenta para a centralidade que escolha da profissão representa, principalmente aos atores jovens, bem como para o papel importante que a família assume nessa escolha:

A principal referência de futuro é a escolha profissional, ou seja, a idéia é que o jovem encontra-se num momento de sua vida no qual tem que decidir 'o que vai ser quando crescer'. Certamente a base para a concretização de seus projetos está na família, responsável pela socialização dos jovens. (p. 45)

Dados demonstram uma diminuição no número de trabalhadores ocupados com o trabalho doméstico de forma geral. É possível observar, também, uma profunda mudança no perfil desse trabalhador que apesar de basicamente não sofrer alterações na sua composição em relação ao sexo, mantendo-se como uma ocupação predominantemente feminina, tem se modificado bastante em relação a sua composição etária. Esses dados sugerem uma baixa renovação no contingente de trabalhadores dessa área.

Apesar de existir uma vasta literatura acadêmica sobre o trabalho doméstico, poucos ainda são os trabalhos voltados para análise desse recente fenômeno, e os que o fazem, realizam essa análise através de uma abordagem quantitativa, olhando para o fenômeno em sua totalidade e generalidade.

Assim, a existência desse estudo justifica-se por fornecer uma abordagem qualitativa para o entendimento de como esse fenômeno age no cotidiano de famílias onde o trabalho doméstico adquiriu uma centralidade nas relações familiares, uma vez que foi pelo menos parte do sustento da família. Podendo, assim, contribuir tanto para construção de análises que auxiliarão a construção de políticas públicas orientadas para esse segmento, como para complementar perspectivas teóricas a respeito do tema e dar significado aos dados quantitativos.

Uma vez que o problema de pesquisa que orientou a construção desse trabalho é: “de que forma a ampliação no campo de possibilidades dos jovens contemporâneos, ligada ao aumento de oportunidades de escolarização e emprego, gera rupturas nas trajetórias familiares em trabalho doméstico?”, a hipótese central é a de que as filhas das trabalhadoras domésticas não desejam seguir as trajetórias de suas mães e, portanto, ao passarem por um processo de

ampliação dos campos de possibilidades, estas jovens não trabalham e nem querem trabalhar como empregadas domésticas, o que gera rupturas nas trajetórias familiares profissionais.

Além do objetivo geral já indicado anteriormente - qual seja, demonstrar que os projetos individuais e coletivos de futuro das mulheres de famílias com histórico de ocupação em serviços domésticos sofrem alterações a partir da ampliação do campo de possibilidades - Apresentam-se como objetivos específicos desse estudo investigar se há consonância entre o projeto individual que as filhas das trabalhadoras possuem e o projeto coletivo, que a família possui para elas; averiguar se a ampliação no *campo de possibilidades* efetiva uma melhora em sua escolaridade/qualificação, bem como nas suas trajetórias profissionais; e evidenciar os processos de transição para a vida adulta vivenciado por essas mulheres.

Este estudo caracteriza-se como pela abordagem qualitativa, uma vez que “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (Bodgan e Biklen, 1982 apud CANTO,2009, p. 20)

Buscando apreender como se apresentam os projetos de futuro individuais e coletivos das filhas das trabalhadoras domésticas, optamos por investigar quais eram as expectativas de futuro de três atores importantes para a temática: a)trabalhadoras domésticas que são mães; b)Filhas de trabalhadoras domésticas que também trabalham no ramo do serviço doméstico; c)Filhas de trabalhadoras domésticas que não atuam nesse ramo de prestação de serviço.

Os dados primários utilizados nessa pesquisa foram coletados por meio de uma variação da técnica de Entrevista Narrativa. Essa técnica, elaborada por Schutze, segundo Jovchelovitch e Bauer (2008) “tem em vista uma situação que encoraje e estimule um entrevistado a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social” (p. 93).

O modelo de entrevista que empregamos na realização desse estudo estimula que essa narração não se detenha a acontecimentos, mas que verse sobre as trajetórias de trabalho dessas mulheres, a partir dos episódios considerados por elas mesmas como os mais relevantes para a compreensão desse percurso. Por focar-se em uma temática específica da narrativa biográfica dessas mulheres, optou-se por técnica mista, envolvendo pressupostos da entrevista narrativa e da narrativa episódica que, segundo Flick (2008) “é mais orientada para narrativas de pequena escala e baseadas em situações, sendo, por isso, mais fácil concentrar-se na coleta de dados”.

As entrevistas foram realizadas utilizando os princípios típicos da entrevista narrativa, iniciaram com uma pergunta geradora, referente às trajetórias de trabalho das entrevistadas e

foram conduzidas de forma pouco-estruturada e em tom de diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, buscando apreender os sentidos que estavam sendo produzidos durante a construção da narrativa. O estudo foi influenciado por procedimentos característicos da entrevista episódica, entendendo que mais do que um acontecimento em específico, o episódio em voga nessas entrevistas era a esfera da sua vida relativa ao trabalho. O intuito foi o de dar voz à história de vida dessas mulheres, enfaticamente em suas trajetórias de trabalho,

As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2012 e agosto de 2013, em municípios da Região metropolitana de Porto Alegre e no município de Francisco Beltrão, no Paraná. A amostra envolveu oito mulheres das três diferentes tipologias elencadas acima, e foi definida por meio do método denominado Bola-de-neve, segundo o qual quando o público a ser entrevistado é de difícil localização ou invisível para os olhos do pesquisador, deve-se partir de interlocutores conhecidos e por intermédio deste buscar acessar seus conhecidos por indicação, formando uma rede de entrevistados.

As dificuldades para a realização das entrevistas não foram poucas. A pequena disponibilidade de tempo das entrevistadas foi um dos maiores empecilhos. Como boa parte dessas mulheres trabalha durante toda a semana, o final de semana apresentou-se como o único momento possível para a realização das conversas. Contudo, mesmo aos finais de semana, as trabalhadoras realizavam trabalhos esporádicos, ou até mesmo aproveitavam esse escasso tempo “livre” para os cuidados com a própria casa, com a família e, muito raramente, para os cuidados pessoais. Outra dificuldade encontrada foi a timidez e o medo com que as trabalhadoras encaravam o processo de entrevista, por essa razão, tentamos sempre estabelecer a entrevista com um tom de conversa, de diálogo. Todavia, a distância estabelecida socialmente entre a academia e a vida cotidiana contribuía para um processo de constrangimento tanto das trabalhadoras - que durante repetidas vezes faziam comentários supervalorizando a minha posição de pesquisadora em relação a sua posição de trabalhadora doméstica – quanto de minha parte que, por vezes, sentia que estava retirando seu pouco tempo de descanso e cuidado da própria vida e que pouco tinha a oferecer em troca das valiosas informações que recebia.

As entrevistas foram gravadas em mp3 e o material foi analisado diretamente no áudio, sem transcrição. Utilizamos o método que ficou conhecido como Análise Temática. O material passou por processos graduais de redução, com a construção de paráfrases de síntese até se chegar em referenciais de codificação. Como apontam Jovchelocith e Bauer, “as reduções operam com generalização e condensação de sentido”(2008, p.107). Durante o processo de redução, chegamos a construção de três referenciais, apresentados um em cada

seção do capítulo dedicado à análise das entrevistas.

O primeiro referencial é a construção de uma narrativa coletiva, buscando momentos de similitudes entre as trajetórias dessas mulheres e famílias, apontadas por marcos históricos vivenciados por elas, não apenas em sua dimensão objetiva, mas levando em conta aspectos subjetivos de suas histórias. O segundo referencial diz respeito aos processos de transição para a vida adulta que essas mulheres experienciaram com suas especificidades geracionais. O terceiro e último referencial envolve sentidos que apontam para os projetos de futuro, especificamente em relação às trajetórias de trabalho. Tentamos extrair de suas trajetórias mudanças e reconfigurações do campo de possibilidades, entendido em sua dimensão socio-cultural como o espaço para a formulação e implementação dos projetos (Velho, 1999).

Se é bem verdade que o sujeito pesquisador descobre-se durante o percurso da pesquisa e a sua história de vida influencia mesmo que de forma inconsciente cada escolha feita durante o processo de construção do conhecimento, a realização das entrevistas proporcionou algo único a essa jovem pesquisadora: tive a oportunidade de entrevistar a mulher que trabalhou para a minha família durante boa parte de minha vida, podendo ouvir atentamente a história – por mim até então desconhecida – daquela que teve grande participação na construção da minha. O contato com a sua história e das outras sete mulheres contribuíram para o processo de reflexão sobre o meu próprio campo de possibilidades, e alterou significativamente a construção dos meus projetos de futuro, não apenas como pesquisadora.

Esse estudo está organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro essa introdução. Os demais capítulos foram divididos de acordo com as fontes utilizadas, apresentando algumas das diversas formas de se ver o trabalho doméstico.

O segundo capítulo busca mostrar como o trabalho doméstico apresenta-se na teoria, expondo as principais discussões teóricas que subsidiaram a construção desse trabalho. Apresentamos, para tanto, uma revisão bibliográfica acerca da *divisão sexual do trabalho e, do trabalho doméstico*, além de uma exposição de conceitos relacionados com o trabalho doméstico e suas diferentes facetas.

O terceiro capítulo é dedicado a apresentar o trabalho doméstico, com base em dados secundários, enfaticamente os quantitativos. Exibe um panorama da ocupação no país, o perfil dos trabalhadores domésticos e as mudanças ocorridas, particularmente nas variáveis de idade, raça e sexo, bem como as transformações no marco regulatório que rege a ocupação.

O quarto capítulo é o resultado da análise dos dados primários produzidos nesse estudo e tem como intuito apresentar como o trabalho doméstico aparece nas trajetórias

familiares e nos projetos de futuro. Apresentamos trechos das narrativas construídas com nossas oito interlocutoras, relacionando-as com discussões acerca do processo de transição para a vida adulta, e das continuidades e rupturas nas trajetórias familiares em trabalho doméstico, orientadas pela construção de projetos individuais e coletivos de futuro.

O último capítulo, *Considerações Finais* é, na verdade, uma síntese dos apontamentos levantados ao longo do estudo. Apresentamos como o processo de transição para a vida adulta se apresenta para as jovens das famílias estudadas, além de expor como os projetos individuais e coletivos acerca dessas aponta para rupturas nas trajetórias familiares em trabalho doméstico.

2. O TRABALHO DOMÉSTICO NA TEORIA: UMA BREVE VISITA À LITERATURA

Com o intuito de entender melhor o objeto desse estudo e também de cotejar posteriormente os achados da pesquisa com o que a teoria prediz, dedicamos esse capítulo a uma revisão bibliográfica sobre a origem, a configuração e a heterogeneidade do *trabalho doméstico*. Apresentamos, nas três seções a seguir, as principais discussões teóricas que serviram de subsídio para a construção desse estudo, expondo mudanças e permanências na divisão sexual do trabalho e na concepção sobre trabalho doméstico.

Na primeira seção realizamos uma breve visita à literatura acerca da divisão sexual do trabalho, visando demonstrar como homens e mulheres receberam papéis sociais diferentes no tocante ao trabalho social em diferentes períodos da história e como as desigualdades sociais contribuem, muitas vezes, para um processo de continuidade dessa divisão sexual.

A segunda seção é dedicada à exposição da complexidade decorrente do surgimento do trabalho doméstico remunerado na relação historicamente antagônica entre os espaços público e privado, e entre as esferas produtiva e reprodutiva.

A terceira e última seção tem como propósito demonstrar os diferentes conceitos que podem ser englobados pelo *trabalho doméstico*, estabelecendo de que maneira esta pesquisa entende cada um deles. Além de expor as diferentes tipologias que podem existir em algumas modalidades do trabalho doméstico.

2.1. A divisão sexual do trabalho

A existência de uma divisão do trabalho social já foi objeto de diversas pesquisas nas ciências sociais, as quais permitiram identificar não apenas sua existência, mas também as diferentes formas assumidas em cada sociedade, de acordo com o tipo de organização social característica. Mesmo em sociedades complexas, com grande possibilidade de mobilidade social, a distribuição desses papéis atende a um conjunto de disposições que levam em consideração características de cada indivíduo como o sexo, a etnia, o meio social, entre outros.

Estudos como o de Kergoat (2009) visam demonstrar que uma das formas dessa divisão é a divisão sexual do trabalho, ou seja, que homens e mulheres tendem a realizar trabalhos sociais distintos, e por isso, ocupam papéis sociais distintos. Para a autora, a

distribuição dos papéis de trabalho a serem ocupados por cada sexo é a base material de uma relação social desigual entre homens e mulheres.

É nesse sentido que Nogueira (2011) defende que homens e mulheres formam grupos sociais distintos, mesmo vivendo em uma mesma sociedade, e estão engajados em uma relação de poder específica. Ou seja, existe uma expectativa social de que homens e mulheres cumpram papéis sociais distintos, e boa parte da educação de cada sujeito reforça essas diferentes expectativas, fazendo com que a diferença oriente relações entre homens e mulheres e se torne presente já nas primeiras fases da vida de cada indivíduo.

Como as expectativas em relação a cada indivíduo atendem a essa relação de poder que diferencia homens e mulheres na sociedade, elas orientam diversos aspectos da vida de cada sexo, tanto no que tange a comportamentos pessoais, como na divisão do trabalho. Assim, existe uma diferença nos trabalhos que se espera serem realizados por homens e nos trabalhos em que a expectativa é que sejam executados por mulheres. Ao analisar como os trabalhos de homens e mulheres são compreendidos de forma diferente na sociedade, Pena (1981) enfatiza que o trabalho feminino e o masculino são importantes, enquanto categorias de análise, menos por sua natureza técnica e mais pelas relações de poder e interesses que representam.

As relações de poder e interesses são diferentes em cada contexto social e histórico, contudo, podemos notar certa regularidade na divisão sexual do trabalho mesmo em períodos históricos diferentes, como defende Carloto (2002) ao dizer que a divisão sexual do trabalho é uma constante na história de mulheres e homens. Para a autora, as explicações para tal fato muitas vezes se apoiaram num determinismo biológico, a partir do papel das mulheres na reprodução biológica, buscando naturalizar essa divisão, mas a questão que se coloca hoje é que esta divisão é carregada de significados e de práticas, que mudam conforme os diferentes tipos de sociedades e seu momento histórico.

A concepção de que a divisão sexual do trabalho está presente em diferentes momentos históricos, mesmo que assuma um caráter diferente em cada período, contrapõe uma ideia, por vezes difundida, de que a divisão do trabalho surge com a organização urbana moderna. Autores como Engels (2000) e Menicucci (1999), demonstram que a divisão sexual do trabalho está presente na maioria das sociedades muito antes do surgimento da divisão social do trabalho do mundo moderno. O primeiro defende que com a consolidação das sociedades sedentárias, os homens ficavam responsáveis pela caça de animais, enquanto às mulheres cabia a manutenção da família. Menicucci lembra que tanto a mulher livre quanto a mulher escrava confinavam a maior parte das suas vidas no âmbito doméstico, sendo

responsáveis, de formas e intensidades diferentes, principalmente pela alimentação e higiene de homens e crianças. Ambos os trabalhos, de períodos históricos diferentes, mostram a mulher realizando trabalhos de ordem doméstica, ocupando majoritariamente o espaço domiciliar.

É da constatação de que na maioria das sociedades, homens e mulheres ocuparam espaços distintos que decorre a concepção de que o espaço funciona como um elemento de ordenamento das relações de gênero, uma vez que separa os espaços públicos dos privados, cabendo historicamente à mulher esses em detrimento daqueles (Massey, 2008). Assim, autores como Rosaldo e Lamphere(1979) explicitam o atrelamento existente entre a mulher e o espaço doméstico, ao mesmo tempo em que são reservados ao domínio masculino os espaços públicos, relativos aos mercados e negociações.

Conforme Melo (1998), a realização do trabalho doméstico pela mulher é visto pela sociedade como uma situação natural, pois não tem remuneração e é condicionado por relações afetivas entre a mulher e os demais membros familiares, é gratuito e realizado fora do mercado. Hirata e Kergoat (2007) ainda pontuam que esse trabalho, realizado em nome do amor e do dever materno, é muitas vezes, invisível para o restante da família, mesmo que esse trabalho vise o bem-estar mais dos outros membros do que o da própria mulher.

Assim, utilizando como justificativa diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, criaram-se diferenças sociais no trabalho a ser realizado por cada um dos sexos, cabendo à mulher um trabalho muitas vezes imperceptível, ou não compreendido como trabalho, apenas uma atividade natural feminina de manutenção do espaço domiciliar.

Se a divisão sexual do trabalho associou em diferentes períodos históricos o trabalho feminino ao espaço doméstico e o trabalho masculino ao espaço público, com a consolidação da industrialização e do modo de produção capitalista, essa divisão ganhou novas significações. O espaço público, até então entendido como o espaço das negociações e da política, passa, também, a ser caracterizado como espaço de produção e comercialização de mercadorias, espaço esse mais fundamental e, muitas vezes percebido como o único desse modelo de organização social. O trabalho realizado fora desse círculo produtivo, um trabalho que não visa à produção e acumulação de bens materiais fica deslocado socialmente e torna-se ainda mais invisível. O trabalho de reprodução, como fica conhecido, por ser o responsável por garantir a reprodução e o bem-estar do ser humano, é concebido como um trabalho de utilidade secundária por boa parte da sociedade.

Hirata e Kergoat (2007) defendem que nessa nova concepção de divisão sexual do espaço, impera uma diferenciação que antes não existia: a da produção e do consumo. Assim,

haveria uma disposição prioritária dos homens a participarem do processo de produção das mercadorias, que seriam apenas consumidas pelas mulheres, dedicadas aos trabalhos de reprodução social.

Ao apontar essa diferenciação, a literatura fala da regularidade dessa divisão do trabalho, e principalmente, da naturalização que estava colocada nesse período histórico de que os homens possuíam mais habilidades físicas e cognitivas para a produção social. Há, porém, a ressalva feita por autoras como Melo e Castilhos (2007) de que a utilização do conceito de divisão sexual do trabalho, na forma como foi consolidada após a industrialização acaba por subestimar o trabalho feminino na esfera doméstica, considerando-o como um não trabalho. As autoras atentam para o fato de que uma associação linear entre o masculino e o espaço de produção e o feminino e o espaço de reprodução contribuiu para uma desvalorização do lugar da mulher na sociedade.

Em que pese o fato de o trabalho produtivo ser entendido como uma atividade tipicamente masculina, com a necessidade do crescimento da produção de mercadorias, o avanço da industrialização gerou também a incorporação da mão-de-obra feminina nos setores primários e secundários da economia. É importante, contudo, atentar que o trabalho feminino era subvalorizado em relação ao masculino, recebendo salários menores e limitado a categorias bem específicas da produção, que eram entendidos como trabalhos “mais leves” como o setor têxtil e de produtos de bens de consumo não-duráveis.

O trabalho de Saffioti (1976) é um dos pioneiros na Sociologia a discutir a relação entre a mulher e o trabalho, demonstrando a exclusão da mulher no mercado de trabalho industrial. Contrapondo autores que defendiam que a desigual incorporação do trabalho social de homens e mulheres seria resolvida naturalmente com o desenvolvimento das forças produtivas, esse estudo argumenta que a exclusão feminina é um elemento essencial para o funcionamento do modo de produção capitalista.

As mulheres que possuíam um trabalho extradomiciliar durante o ápice da industrialização eram, geralmente, vindas de classes sociais inferiores e de famílias que necessitavam do incremento de renda vindo do trabalho feminino ou dele dependiam totalmente. Essas mulheres ocupavam cargos subalternos, enfaticamente na agricultura e no trabalho precarizado na produção fabril. Enquanto homens de classes sociais inferiores eram os principais responsáveis pela produção de bens, homens provindos de famílias abastadas, possuidoras de terras ou meio de produção industrial, cumpriam as atividades de negociações, organização da comercialização de mercadorias e participar das decisões políticas da sociedade.

Com o avanço das ideias feministas e o surgimento do paradigma conhecido como segunda onda feminista, que se preocupava com a questão da mulher em setores estruturais da sociedade e considerava a dependência econômica, um aspecto fundamental da subordinação feminina, houve mudanças significativas no tocante à participação da mulher no mercado de trabalho. A consolidação dessas novas ideias teve o ápice, no Brasil, em meados da década de 1970, quando mulheres de famílias com alto poder aquisitivo passaram a ter mais acesso à educação e ocupar posições de trabalho também na esfera pública.

Autoras como Bruschini (2003) se preocuparam em expor a crescente incorporação da mão-de-obra feminina nos espaços produtivos, atendendo, simultaneamente, necessidades econômicas de incremento de renda familiar, e mudanças culturais nas relações de gênero. Mas assim como Sorj (2008), que analisa o tempo gasto por ambos os sexos na realização de trabalhos domésticos, as autoras chegam à conclusão que a incorporação das mulheres nas esferas produtiva e pública, gera poucas mudanças na dedicação masculina às atividades domésticas e de reprodução.

Além da diferença de horas dedicadas a essas atividades, nota-se uma permanência da divisão sexual do trabalho ao manter-se inalterada a responsabilização da mulher por esse trabalho. Cyrino (2009) realiza grupos focais com homens e mulheres para tratar sobre o trabalho doméstico e conclui que a realização de atividades de reprodução por homens ocorre com um status de assessoria à verdadeira responsável por essas tarefas: a mulher. Haveria, inclusive, uma diferença até no que homens e mulheres entendem com tarefas de reprodução, sendo que muitas das tarefas que os homens realizam no âmbito doméstico são consideradas pelas mulheres como atividades de lazer, como passear com as crianças.

Percebe-se que as mulheres, ainda que possuam trabalho extradomiciliar, continuam sendo as responsáveis pela realização de grande parte das tarefas domésticas, acumulando uma dupla jornada de trabalho diário. A não oportunidade de dedicação exclusiva da mulher ao trabalho na esfera pública é, para Sorj (2004), um dos fatores determinantes da posição secundária que elas ocupam no mercado de trabalho.

A partir dessa linha de argumentação, entendemos que as mulheres que conseguem se engajar de forma protagonista no mercado de trabalho ou realizam uma distribuição mais igualitária das tarefas domésticas no interior de suas famílias, ou contratam alguém especializado para realizar essas tarefas de forma assalariada. É por isso que, contrapondo autores que associam o desenvolvimento econômico com uma queda no número de empregadas domésticas, Milkmann Reese e Roth (1998) demonstram que, em vários casos, o crescimento econômico e a ascensão das mulheres a cargos e profissões com maior

remuneração coexiste com o aumento do trabalho doméstico. O crescimento das chamadas *mulheres de elite*, que exercem profissões liberais e administrativas, aumenta o número de mulheres que podem comprar o trabalho doméstico de outras mulheres, gerando o aumento de trabalhadoras domésticas assalariadas.

É nesse sentido que se estabelece o chamado paradigma da delegação, como expôs Schneider (2012) ao retomar a literatura que entende a contratação de um serviço remunerado como uma ação que delega à outra mulher a realização das atividades domésticas, sem que a sociedade discuta a problemática da divisão de trabalho desigual existente na execução dessas atividades entre homens e mulheres. Como alegam Hirata e Kergoat (2008), essa delegação representa a solução do conflito entre casais sobre a distribuição do trabalho doméstico, e também a dificuldade de conciliação entre as responsabilidades familiares e profissionais.

Em diversos momentos históricos, as mulheres foram responsáveis pela realização do trabalho doméstico, e a divisão sexual do trabalho as relegou, majoritariamente, ao espaço privado. Contudo, é importante perceber que mesmo entre mulheres ocorre uma divisão do trabalho levando em conta diferenças de classe e etnia, e que essa divisão é alimentada por outras desigualdades presentes socialmente. Se durante a escravidão a diferença racial gerava uma desigualdade que as dividia entre escravas domésticas e filhas de dono de terras, trancafiadas em casa para aprender o “ofício” de esposas, durante a modernidade, as diferenças biológicas geram desigualdades sociais – que incorporam o fator étnico/racial - as dividindo em *mulheres de elite* e mulheres que vendem a sua força de trabalho para gerar o sustento da família, muitas vezes para outras mulheres. Dessa forma, encontramos a desigualdade social como um gerador de continuidades das desigualdades sexuais presentes na divisão social do trabalho contemporâneo.

2.2. O trabalho doméstico

A produção intelectual sobre o trabalho doméstico compreende estudos em diferenciadas áreas de conhecimento e perspectivas, sendo que, alguns autores se dedicaram a fazer sistematizações do estado da arte dessa temática. Destacamos o trabalho de Fraga (2010) que organiza a produção feita sobre o tema dentro das ciências humanas no Brasil em sete perspectivas: a *estatística*, que tem como propósito traçar um panorama dessa ocupação com dados quantitativos; a *teórica* que pensa o lugar do trabalho doméstico na sociedade capitalista; a *histórica* que retrata o trabalho doméstico nas fases da história brasileira; a *configuracional* que traça a configuração dessa ocupação em aspectos como raça, migração, questão etária e tipologia; *organizacional* que tem como objeto a prática sindical e busca por

ampliação dos direitos trabalhistas; a *legal* que expõe os desdobramentos das leis e fundamentos jurídicos dessa ocupação; e, por fim, a *relacional* que buscam apreender a relação das empregadas com suas patroas.

Nesse estudo, nos detemos na perspectiva denominada por Fraga de teórica, tentando entender qual o lugar do trabalho doméstico no atual modo de produção e organização social, ainda que trazendo aspectos das outras perspectivas, como a histórica e a relacional. Buscamos analisar como essa ocupação aparece na literatura sociológica sobre o trabalho.

Segundo Lobo (1991), a Sociologia do Trabalho brasileira até a década de 1970 manteve-se silenciosa sobre a relação mulher/trabalho. Para Araújo (2005), os estudos daquele momento que versavam sobre o trabalho feminino orientavam-se pelas teorias do desenvolvimento e da modernização, abrindo caminhos para as interpretações de que a subordinação social e econômica das mulheres seria superada pelo desenvolvimento e a modernização do país.

O crescimento do movimento feminista, ocorrido em meados da década de 1970 e a sua conseqüente influência nas idéias da academia brasileira, proporcionaram a existência de um novo enfoque sobre a produção voltada para as discussões sobre o trabalho feminino, especialmente depois da consolidação da categoria *gênero*. Nesse sentido, surge nesse período um campo de estudos voltado a entender as relações sociais que determinam a relação entre os sexos, ou seja, voltado a cartografar a divisão sexual do trabalho.

A consolidação do conceito de gênero nos estudos sobre trabalho traz a perspectiva de que as relações de classe são sexuadas, existindo uma ligação indissociável entre opressão sexual (e de classe) e exploração econômica (e de sexo) (Hirata; Kergoat, 1994).

Os primeiros estudos visando entender a participação da mulher no mercado de trabalho, identificavam um recorte de classe bastante significativo: enquanto mulheres provindas de famílias detentoras do poder econômico e político eram “treinadas” para serem boas esposas, aprendendo, desde cedo, a realização dos afazeres domésticos e dos cuidados com as crianças – mesmo no caso das famílias com altíssimo poder aquisitivo, entre as quais provavelmente haveria a contratação de uma empregada doméstica, era exigido de uma boa dona de casa deter conhecimento a respeito dos afazeres domiciliares. De outra parte, as mulheres de setores mais empobrecidos da sociedade se desdobravam em uma dupla jornada que envolvia um trabalho remunerado e o trabalho gratuito realizado em sua própria residência. Muitas vezes, esse trabalho remunerado era a realização das atividades domésticas em outro domicílio.

Nesse sentido, Bruschini(1998) afirma que para a mulher, a esfera produtiva e a

reprodutiva sempre aparecem numa combinação, seja pelo entrosamento (quando realizado de maneira assalariada), seja pela superposição, quando diz respeito às mulheres que além de possuírem uma ocupação extradomiciliar, continuam responsáveis pelos cuidados do seu domicílio.

Além de seu atrelamento histórico com as desigualdades sociais de gênero - construídas a partir das diferenças biológicas entre os sexos - e as desigualdades sociais de classe - inerentes aos modelos de organização social vividos - o trabalho doméstico possui uma profunda relação com as desigualdades raciais, que partem das diferenças de fenótipo, marcando desigualdades nas relações sociais de acordo com a aparente a raça/etnia.

As origens do trabalho doméstico remunerado no Brasil remontam ao período escravocrata, como demonstra Pereira (2012), em sua dissertação de mestrado *Herança escravocrata e trabalho doméstico remunerado: rupturas e permanências*. Segundo a autora, um dos fatores que contribui para a discriminação dessa ocupação é a sua profunda relação com a servidão, além do imaginário brasileiro depreciativo que nasce nesse período sobre a realização dos trabalhos manuais, considerados indignos demais para poderem ser realizados por pessoas livres.

A abolição da escravidão traz consigo alguns ‘problemas’ para as famílias possuidoras de grandes extensões rurais, um deles nos interessa mais enfaticamente: quem realizará os afazeres domésticos? É nesse contexto que surge uma nova modalidade de trabalho doméstico: meninas, geralmente próximas à família ‘contratante’ passam a realizar os afazeres domésticos em troca de itens relativos à sua própria sobrevivência, como moradia e alimentação. O processo de urbanização incentivou o crescimento dessa tipologia que foi a percussora do empregado doméstico residente, quando meninas vindas do interior partiam para a cidade realizar as atividades domésticas de uma família, muitas vezes visando continuar os estudos em busca de uma vida melhor.

É durante esse período de urbanização e industrialização que se consolida a figura do trabalhador doméstico remunerado, que com o passar do tempo passa a receber um salário, em vez de ter garantido aspectos da sua sobrevivência. Assim, afirma Saffiotti (1976), o trabalho doméstico assalariado surge nesse contexto como um resultado de uma articulação entre o modo de produção capitalista e formas não capitalistas de trabalho.

O trabalho doméstico remunerado aparece como um objeto importantíssimo para os estudos a respeito da divisão sexual do trabalho, uma vez que se configura em um elemento emblemático da relação de antíteses fundamentais para esse campo de estudo: o espaço público/ privado, e o trabalho produtivo/ reprodutivo.

Nas demais ocupações e na realização não remunerada dos afazeres domésticos, as desigualdades de gênero marcam o distanciamento dessas categorias, lançando os homens majoritariamente às categorias de espaço público e trabalho produtivo, enquanto as mulheres ficam relegadas às categorias de espaço privado e trabalho reprodutivo - ou a sua superposição junto ao trabalho produtivo como aponta Bruschini(1998).

Já no trabalho doméstico realizado de forma assalariada, as trabalhadoras vivem um entrelaçamento entre o público, que envolve o cumprimento de uma atividade profissional, e o privado, já que a realização dessa atividade é feita no interior de um espaço domiciliar. (Leon, 1993). Realizando uma intersecção entre espaços que são geralmente considerados opostos, ou como disse Fraga (2010) protagonizando uma relação específica entre a *casa* e a *rua*.

Da mesma maneira que Soares (1999) fala sobre a convivência da empregada doméstica com a duplicidade da cultura brasileira, definida pela interação entre a lógica individualista do sistema capitalista, típica das relações existentes no espaço público e resquícios de uma lógica hierarquizante, remanescente do nosso modelo de colonização, que se expressa, nesse caso, em uma relação entre a empregada e a patroa que mescla o afeto típico do espaço privado e domiciliar, com a figura de autoridade muitas vezes geradora de opressão e conflitos.

Muitos pesquisas na área de ciências sociais buscaram apreender essa mescla de afeto/autoridade/trabalho presentes na relação entre patroas e empregadas. Brites (2000), em sua tese de doutoramento tem nessa relação seu principal objeto de estudo, buscando desmistificar a noção unilateralmente negativa da convivência desses elementos. Contrapondo a visão fortemente difundida de que a informalidade existente nessa relação é vista necessariamente como prejudicial para as trabalhadoras domésticas, a autora mostra que em muitos casos essa personalidade é vista de forma positiva pelas próprias empregadas por permitirem concessões e flexibilidades de trabalho, além de relações afetivas de pertencimento familiar.

Contudo, é importante ressaltar que essa relação de personalidade apesar de poder favorecer algumas trabalhadoras individualmente, tende a prejudicar os avanços coletivos em relação aos direitos trabalhistas. Essa mistura de afeto/trabalho pode dificultar a organização sindical e/ou trabalhista dessa ocupação, que já é naturalmente difícil devido ao alto nível de isolamento das trabalhadoras, gerada pelo fato de o trabalho ser realizado no âmbito privado. (Lima et. al., 2010)

Além de viver uma intersecção entre o público e o privado, a trabalhadora doméstica remunerada possui uma relação específica entre as esferas de produção e de reprodução, uma

vez que apesar de realizar atividades ditas de reprodução, o faz de forma remunerada, ou seja, ao trabalhar de forma assalariada, deve ser compreendido como parte da população economicamente ativa e ocupada. Assim, Melo (1998) afirma que o trabalho reprodutivo não pode ser visto como economicamente não produtivo, uma vez que a reprodução é a base da produção social.

A especificidade da relação entre reprodução e produção presente nessa ocupação, também, está na contribuição indireta que ela tem para com o incremento de mão-de-obra no setor produtivo. Conforme Iasi (2007), mesmo que o trabalho doméstico não seja produtor de mais-valia, contribui de forma indireta para o processo de acumulação desta, ao ser responsável pela produção de parte do valor da força de trabalho, a mercadoria mais importante para o funcionamento do modo de produção capitalista. Além de proporcionar que as mulheres responsáveis pela realização dessa tarefa de forma invisível e não-remunerada consigam dedicar mais tempo à tarefa produtiva quando liberadas dessas atividades pela contratação de uma empregada doméstica.

Dessa forma, podemos dizer que o trabalho doméstico remunerado possui relações específicas entre os espaços públicos e privados e as esferas produtivas e reprodutivas, o que o torna um objeto tão complexo e importante para a sociologia do trabalho. A relação entre patroas e empregadas também é marcada por essa especificidade, uma vez que mescla afeto e autoridade típicos da intersecção entre o espaço público e o espaço privado, mas também estabelece uma relação de convivência domiciliar, agregando um status semelhante ao familiar, ao mesmo tempo em que se estabelece como uma relação comercial. Além disso, muitas vezes, a empregada é a responsável por liberar a mulher para a esfera produtiva, contribuindo para a sua autonomia financeira. Estudos como o de Kofes (1989) demonstram a articulação dos recortes de classe e gênero presentes nessa relação, uma vez que apesar de serem ambas mulheres, são mulheres pertencentes a classes sociais opostas, tendo a sua relação permeada por opressões e explorações. Assim como defende Farias (1983) que essa relação de proximidade entre mulheres com condições sociais tão desiguais é inevitavelmente marcada por injustiça e violência simbólica.

A complexidade sociológica do objeto *trabalho doméstico* possibilita um número elevado de perspectivas possíveis e, como alerta Hirata (2009), as análises sociológicas que articulam gênero e trabalho têm de considerar como inseparáveis as categorias de trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, salário e família, classe social e sexo social.

Assim como os demais objetos da Sociologia do Trabalho, o *trabalho doméstico* é

constantemente revisado pela literatura que tenta acompanhar as mudanças no mundo do trabalho, e o surgimento de novas modalidades de inserção nessa ocupação.

2.3. Muitos conceitos em um: a heterogeneidade do trabalho doméstico

O conceito de *trabalho doméstico* é muito amplo, abrangendo vários tipos de trabalho que possuem diferenças, às vezes sutis, e que muitas vezes são confundidos entre si. É nesse sentido que se torna necessário conceituar o que nesse estudo é entendido por *trabalho doméstico*, *trabalho a domicílio*, *serviço doméstico* e *emprego doméstico*, além de demonstrar as diferentes tipologias que compõe o conjunto de *trabalhadores domésticos*.

Ao apontar para o “novo” no trabalho doméstico, buscando uma retomada dos momentos históricos de mudança pelo qual ele passou, Motta (1992) denuncia que a maioria dos dados disponíveis sobre o trabalho doméstico naquele período não revelam a sua estratificação interna, tanto em relação às subcategorias ocupacionais, quanto às modalidades de inserção no emprego.

Esse cenário mudou, e atualmente muitos dados são disponíveis sobre essa ocupação e suas tipologias, mesmo que alguns aspectos ainda sejam difíceis de quantificar como a jornada e remuneração de empregadas que trabalham em diversos domicílios.

É por entender a importância da delimitação precisa dos conceitos e tipologias que circundam essa ocupação que traremos, nos parágrafos que seguem, uma breve diferenciação dos conceitos e exposição das tipologias amparados nas definições legais e na produção acadêmica sobre o tema.

Fazendo um caminho decrescente em relação ao nível de generalidade, começamos abordando o conceito que engloba todos os demais: o trabalho. Nogueira (2011) ao dispor sobre *trabalho* como algo ontologicamente fundante do ser social, expõe que mesmo que se altere durante o processo histórico, esse sempre visa à produção social e reprodução da humanidade. Fundamentada em uma concepção marxista de trabalho, esse opera como um mediador da relação homem/natureza, a concepção exposta pela autora demonstra que trabalho pode ser entendido como qualquer atividade que demanda algum tipo de esforço para suprir alguma necessidade humana.

Nesse sentido, *trabalho doméstico* é toda a atividade que visa à garantia da existência humana, que visa proporcionar o bem-estar da humanidade, realizada dentro de um domicílio. Por sua vez, o *trabalho a domicílio* visa a produção de bens materiais ou a prestação de serviços que visem fins lucrativos, uma vez que pode ser definido pelo trabalho realizado por

uma pessoa em sua própria habitação sob a encomenda de um empregador ou um intermediário (Lavinias, et.al. 1998). Assim, podemos dizer que diferença entre esses dois tipos de trabalho é relativo à natureza de cada um deles. Enquanto o primeiro diz respeito a realização das tarefas de reprodução dentro do domicílio do empregador de forma assalariada, o segundo define um trabalho que visa fins lucrativos para o empregador, realizado no domicílio do empregado.

O *trabalho doméstico* pode ser dividido em duas esferas básicas, o *trabalho gratuito* e o *trabalho doméstico remunerado*. O primeiro, um trabalho que carrega a invisibilidade, é aquele realizado de forma não remunerada pelos próprios moradores de um domicílio que, assim como vimos anteriormente, tende a ser uma responsabilidade delegada a mulher. Estudos como os de Melo (1998) e Bruschini (2006) demonstram que o trabalho doméstico realizado no próprio domicílio faz com que os indivíduos que recebem essa incumbência familiar dispendam uma parte considerável da semana para a realização dessa atividade e, contudo, essa atividade é considerada um não-trabalho. Mulheres que não possuem uma jornada de trabalho exterior ao domicílio, e que se dedicam exclusivamente à realização dessas atividades necessária à existência humana são consideradas economicamente inativas.

Em ambos os estudos, as autoras sustentam a importância de entendê-lo como uma ocupação, portanto, um trabalho não-remunerado, mas que é fundamental para todos os demais setores da economia, não podendo ser considerado, assim, como uma inatividade econômica. Melo e Castilhos (2007) argumentam ainda que ao entender o trabalho doméstico familiar como um não-trabalho, os campos disciplinares como a economia, a sociologia e a política confundem produção com produção de mercadorias e esquecem do que as autoras chamam de verdadeiro objetivo das pessoas: “a vida, o bem-estar e a reprodução” (p.5)

A segunda forma de trabalho doméstico surge da necessidade de contratação de alguém que se responsabilize pela sua realização de forma assalariada. Essa modalidade é também chamada de *serviço doméstico*. Mesmo que o trabalho doméstico englobe tanto o trabalho realizado de maneira familiar quanto o realizado sob a forma de relações comerciais, usamos o conceito de *trabalhador doméstico* para definir o sujeito que o faz de forma remunerada.

É necessário, por sua vez, diferenciar *serviço doméstico* ou *trabalho doméstico remunerado* de *emprego doméstico*. Essa diferença se dá ao nível jurídico, com implicações quanto ao amparo legal. Para elucidar a concepção de *emprego*, é importante atentar para o que as leis trabalhistas entendem por *empregado*. Na Consolidação das Leis de Trabalho, empregado aparece como “pessoa física que presta serviço da natureza não eventual a

empregador, sob dependência deste e mediante salário” (Brasil, 1943, art. 3º). No documento *Trabalho doméstico: direitos e deveres: orientações (2007)*, o Ministério do Trabalho e Emprego define empregado doméstico como “aquele(a) maior de 16 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas.” Assim, podemos inferir que o conceito de *emprego* e, por consequência, o de *empregado* requer uma relação contínua e essa é a sua principal diferença de relações com menor nível de formalidade, como as diaristas¹. A recém promulgada Emenda Constitucional nº 72, ou PEC das Domésticas como ficou conhecida, orienta que os trabalhadores que realizam o serviço doméstico em uma residência até duas vezes por semana não possuem vínculo, ou seja, não são entendidas como *empregadas domésticas*, não sendo atendidas por essa legislação. Assim, podemos dizer que o *serviço doméstico* compreende tanto o *emprego doméstico*, e, por conseguinte, *empregados domésticas* quanto às relações de menor formalidade devido a seu vínculo menos contínuo com o empregador, como é o caso das diaristas que trabalham até duas vezes por semana na casa de cada empregador e recebem, geralmente, por dia de trabalho. Por esse motivo, as *empregadas domésticas* também são tratadas pela literatura atual como *mensalistas*, já que recebem um salário mensal.

As *mensalistas*, por sua vez, podem ser classificadas de acordo com o local de residência como o faz Motta (1992): *Mensalistas residentes* são aquelas que residem na casa do empregador, enquanto as que não residem no seu local de trabalho são chamadas de *Mensalistas externas*. A supracitada Emenda Constitucional traz mudanças significativas para todas as empregadas domésticas, mas, em especial, para as mensalistas residentes, uma vez que, apesar de o adicional noturno ainda precisar ser regulamentado, já entraram em vigor a jornada diária máxima de oito horas e a hora extra com o valor 50% maior do que a hora usual. Essa alteração é especialmente importante para essa modalidade de mensalista porque o fato de residir no local de trabalho em muitas vezes acarretava uma disponibilidade quase permanente desse empregado em relação às demandas de seu empregador.

Uma última definição que precisa ser feita diz respeito às funções exercidas pelo trabalhador. Dessa forma, Fraga (2010) expõe duas categorias: a da *doméstica polivalente* e, em contraposição, a *doméstica especializada*. Enquanto a primeira modalidade de trabalhador fica responsável pelos afazeres de uma casa como um todo, a segunda realiza alguma tarefa específica. As categorias de tarefas específicas elencadas pelo IPEA (1998) são: arrumadeira, camareiro, babá, ama, acompanhante, cozinheira, copeira, diarista, faxineira, lavadeira,

¹ Usamos, como boa parte da literatura, os substantivos diaristas, empregadas e trabalhadoras já que mais 90% de seu contingente é feminino.

passadeira, governanta, mordomo, atendente, jardineiro, motorista e caseiro.

Retomando a relação entre os conceitos que possuem interface com o de *trabalho doméstico* e as tipologias que ele pode assumir, concluímos que esse conceito engloba tanto o trabalho gratuito como o remunerado, em muitos casos também chamado de serviço doméstico. Esse, por sua vez, compreende tanto as trabalhadoras diaristas como as mensalistas, sejam elas residentes ou externas. (FIGURA 1).



Figura 1 - Relação entre conceitos e tipologias fundamentais do trabalho doméstico. Fonte: elaboração própria

3. O SERVIÇO DOMÉSTICO EM DADOS: UM PANORAMA DA OCUPAÇÃO NO PAÍS

Entendendo ser importante a compreensão do perfil atual dos trabalhadores domésticos, destinamos esse capítulo à exposição de um painel da atual situação da população ocupada em serviços domésticos no Brasil.

A primeira seção apresenta como ainda hoje a ocupação é marcada por desigualdades sexuais e raciais, uma vez que é ocupada majoritariamente por mulheres negras.

A segunda seção, dedicada à demonstração de algumas mudanças ocorridas no perfil das trabalhadoras domésticas no país, é dividida em duas partes: A primeira retoma as transformações no tocante incremento da ocupação, escolaridade, composição etária, tipologia e renda. A segunda consiste em um breve panorama de como o trabalho doméstico aparece na história da legislação trabalhista no Brasil.

3.1. Um trabalho feminino e negro: desigualdades sexuais que marcam a ocupação

A herança de uma estrutura patriarcal e escravocrata que marca a história do Brasil torna diferenças sexuais e raciais elementos geradores de desigualdades sociais e estruturantes da organização social de nossa sociedade. Essas desigualdades permeiam diversas relações no mundo do trabalho, mas é no trabalho doméstico que existe uma das maiores intersecções entre essas diferenças e desigualdades, resultando em uma ocupação composta majoritariamente por mulheres negras.

Do ponto de vista da divisão sexual do trabalho, conforme exposto no capítulo anterior, alguns trabalhos foram demarcados como masculinos e outros como femininos e responsabilizou-se, ao longo de diferentes períodos históricos, a mulher pela realização do trabalho doméstico. Mesmo no trabalho doméstico familiar, realizado de forma gratuita no próprio domicílio, encontramos ainda hoje uma forte tendência de que esse trabalho continue sendo realizado majoritariamente pelo sexo feminino. Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais 2012, enquanto as mulheres brasileiras gastavam em média 27,7 horas semanais na realização dos afazeres domésticos em 2011, o número caía para 11,2 horas semanais quando analisado o tempo gasto pela população masculina do país no mesmo período.

Essa responsabilidade é atribuída em parte devido ao que socialmente foi construído como habilidades inerentemente femininas como a delicadeza, a observação e o “capricho”, mas também devido a uma hierarquização de gênero presente na sociedade ocidental que

desvaloriza o trabalho de reprodução e vê a utilização da força masculina para a realização dessas atividades como um desperdício. Essa diferenciação, muitas vezes, passa de geração em geração na educação dos filhos. É o que mostram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do ano de 2009: enquanto 83% das meninas de dez a dezessete anos realizavam tarefas domésticas, despendendo em média 14,3 horas semanais com essas atividades, apenas 47% dos meninos executavam alguma tarefa ligada ao trabalho domésticos, e seu tempo semanal médio caía para 8,2 horas.

A naturalização da responsabilidade feminina com o trabalho doméstico não se restringe apenas à esfera familiar. Assim, quando os afazeres domésticos passam a ser realizados de forma remunerada, carregam consigo a concepção de que deve ser realizado por mulheres, atendendo a uma lógica de desvalorização do trabalho feminino.

Apesar de o serviço doméstico possuir uma grande importância na ocupação das mulheres no país já em meados da década de 1970, os dados que possibilitam uma delimitação precisa do total de ocupadas nesse setor consolidam-se apenas na década de 1990. Segundo a PNAD, no ano de 1992, 5,33% da população brasileira ocupada compreendia a posições ocupacionais relativas aos serviços domésticos, quando observada apenas a população feminina ocupada, essa taxa passava dos 15%. Essa disparidade entre a taxa de homens e mulheres ocupados em serviços domésticos se mantém praticamente inalterada ao longo dos anos, como demonstra a Figura 2.

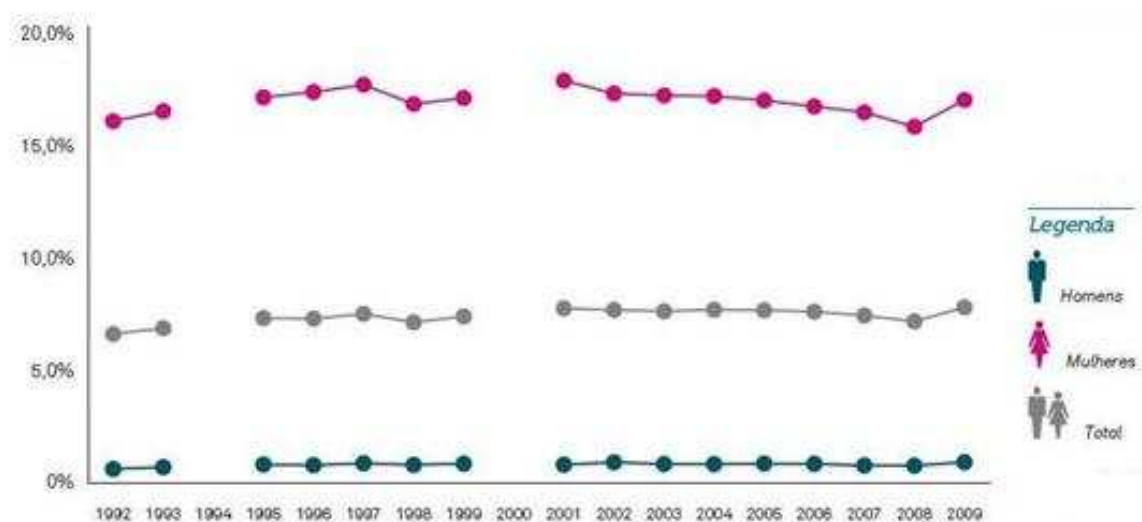


Figura 2 - Empregados domésticos sobre o total de ocupados por sexo, de 1992 a 2009 (%).
 Fonte: SPS/MPS com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios.

Na Figura 2, é possível perceber que a participação masculina nas ocupações relativas ao trabalho doméstico sofre poucas variações, enquanto as alterações no percentual mulheres

ocupadas nesse setor dita as mudanças observadas no total de pessoas ocupadas nesse ramo de atividade. Apesar de apresentar algumas oscilações, o percentual de mulheres ocupadas em serviços domésticos manteve-se alta durante todo o período compreendido entre 2002 e 2009, sendo em todos esses anos o grupamento de atividades de trabalho principal mais importante do total de mulheres ocupadas. Apesar de o número de homens ocupados com o serviço doméstico no país ter crescido de 42 5000 em 2008 para 50 8000 em 2009, conforme os dados das PNAD's de 2009 e 2011, podemos observar uma continuidade da divisão sexual do trabalho, uma vez apenas algumas modalidades específicas de serviços domésticos possuem uma participação significativa da mão de obra masculina, como mostra a tabela abaixo.

De todas as ocupações que compreendem o serviço doméstico, somente as de jardineiro e motorista são consideradas tipicamente masculinas. É importante observar que estas são as duas atividades que são realizadas majoritariamente no espaço externo ao domicílio, reforçando o que a literatura aponta como distribuição desigual do espaço de acordo com as diferenças sexuais e desigualdades de gênero.

Tabela 1- Participação por sexo nas principais atividades de serviço doméstico (%). Brasil, 2008

| Ocupação | Homem | Mulher | Total |
|--------------------------------|--------------|---------------|--------------|
| Arrumadeira/camareira | 3,56 | 96,44 | 100 |
| Babá/ama/acompanhante | 0,94 | 99,06 | 100 |
| Cozinheira/copeira | 2,77 | 97,23 | 100 |
| Diarista/faxineira | 2,47 | 97,53 | 100 |
| Governanta/modormo | 0,76 | 99,24 | 100 |
| Doméstica polivalente | 3,15 | 96,85 | 100 |
| Atendente/jardineiro/motorista | 79,08 | 20,92 | 100 |
| Total | 6,84 | 93,16 | 100 |

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios.

Apesar da existência de diversas campanhas que visam estimular a igualdade étnica, o mundo do trabalho ainda é marcado por desigualdades raciais, existindo uma desvalorização tanto em nível de rendimento como das modalidades de trabalho que são ocupadas majoritariamente por negros e pardos.

O serviço doméstico no Brasil é composto por uma maioria de negros e pardos, como demonstra a Figura 3, que retoma a cor/raça das mulheres ocupadas em serviços domésticos desde 1995.

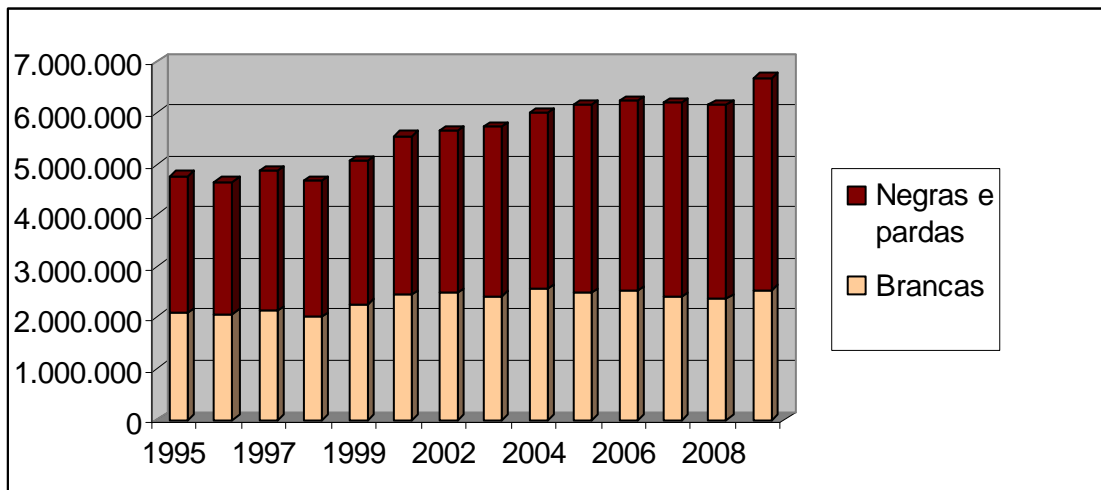


Figura 3 - População feminina ocupada em serviços domésticos por cor/raça. Brasil, 1995 a 2009. Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios

O fato de a proporção de negras e pardas ter crescido em relação ao número de mulheres brancas ocupadas em serviços domésticos, sugere que essas podem ter encontrado maiores possibilidades de ocupação em outras modalidades de ocupação do que a população feminina negra.

Outro aspecto que demonstra a desigualdade racial/étnica presente nos serviços domésticos no país é o rendimento médio das trabalhadoras desse ramo de atividade. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, o rendimento médio das trabalhadoras negras e pardas foi ao menos 12% menor do que o das trabalhadoras domésticas brancas desde que esse dado começou a ser coletado pelas pesquisas. No ano de 2009, a diferença do rendimento médio chegava a R\$56,8, ou seja, quase 15% do rendimento médio total das trabalhadoras.

3.2. Transformações no serviço doméstico brasileiro

Essa seção é dedicada a demonstrar de maneira sucinta algumas das transformações mais importantes que aconteceram nas últimas duas décadas no mercado de trabalho do serviço doméstico a partir de dois aspectos: o perfil das trabalhadoras e o marco jurídico legal da ocupação.

Em relação ao primeiro, observamos algumas mudanças significativas como a diminuição da população ocupada em serviços domésticos, um aumento dos regimes de trabalho mais flexíveis, o crescimento do grau de formalidade das empregadas, e a alteração no perfil das trabalhadoras que são, agora, mais velhas e escolarizadas. Mas, também observamos um crescimento ainda insuficiente do rendimento médio desse trabalhador,

contribuindo para a manutenção de uma desvalorização da ocupação.

No tocante ao aspecto legal, depois de muitos anos de desamparo e de não acesso a vários direitos trabalhistas, podemos notar uma disposição a uma maior regulamentação e proteção dessa ocupação. Contudo, essas conquistas vêm seguidas de muitas controvérsias, demonstrando que não é consenso a necessidade de um maior amparo da ocupação vinda do poder público.

3.2.1. Mudança no perfil das trabalhadoras

O serviço doméstico se mantém como o grupamento de atividades econômicas que mais emprega mulheres no país, porém é possível observar nos últimos anos mudanças significativas no perfil das trabalhadoras domésticas.

A primeira dessas mudanças diz respeito ao número de mulheres ocupadas em serviço doméstico no país. Apesar de a proporção de trabalhadoras domésticas sobre o total de ocupados ter crescido 9% de 2008 para 2009, esse número sofre uma queda depois desse período. Em 2009, 17% das mulheres com mais de 10 anos ocupadas no país eram trabalhadoras domésticas, em 2011 esse número cai para 15,6%. Esse recente decréscimo do incremento de trabalhadoras nesse ramo de atividades ainda é pouco explorado pela literatura e carece de estudos mais especializados que busquem entender a suas causas e consequências. Algumas das hipóteses levantadas para a explicação desse fenômeno são o aumento de oferta em outros ramos da economia, o crescimento de políticas voltadas para o acesso ao ensino superior e técnico e o aumento da dificuldade de contratação de um trabalhador doméstico em face do crescimento dos benefícios trabalhistas.

As hipóteses de que a queda no percentual de ocupados em serviços domésticos acontece por um aumento da oferta de vagas em outros setores da economia são favorecidas pela constatação de uma outra mudança importante no perfil das trabalhadoras: o “envelhecimento” dessa ocupação. Isso porque tanto as políticas de acesso ao ensino superior e técnico como o surgimento dos novos setores da economia que demandam a utilização de ferramentas tecnológicas, são prioritariamente voltadas para a população jovem.

Antes uma ocupação perigosamente relacionada com a infância, o serviço doméstico passou a ser ocupado majoritariamente por mulheres adultas, como sugere a Figura 4.

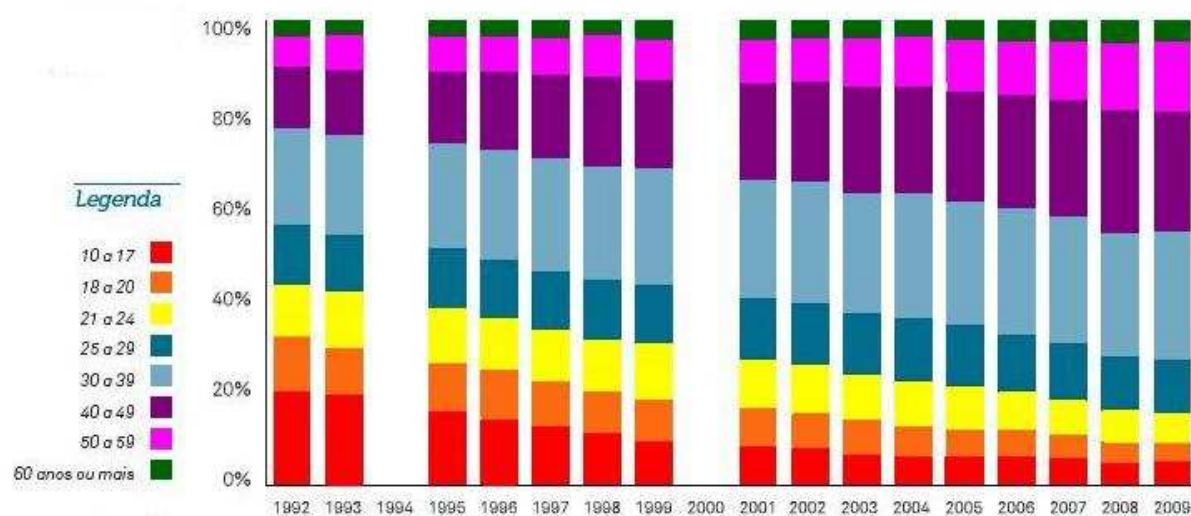


Figura 4 - Composição etária dos ocupados em serviços domésticos (%). Brasil, 1992 a 2009. Fonte: Adaptação de gráfico elaborado por SPS/MPS com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios.

Conforme podemos observar na Figura 4, em 1992, mais de 40% dos trabalhadores domésticos possuíam até 24 anos, em 2009 essa parcela não chega aos 20% do total de ocupados nesse setor. Essa diminuição sugere que novas possibilidades de futuro têm surgido ainda durante a juventude ou no início da vida adulta para diversas mulheres.

A escolaridade dos trabalhadores domésticos também foi um aspecto que sofreu alteração significativa nos últimos anos. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, no ano de 1992, a média de anos de estudo para a população ocupada em serviços domésticos era de 3,67 anos. Em 2009, essa média chegou a 6,13 anos. Apesar desse aumento expressivo, é importante salientar que esse número continua abaixo da média de anos de estudo da população economicamente ativa ocupada que, em 2009, ficou em 8,24 anos.

A mais significativa de todas as mudanças, contudo, refere-se às transformações ocorridas nos tipos de trabalho domésticos desempenhados majoritariamente no Brasil. Primeiramente, é possível observar uma queda brusca no número de trabalhadoras que residem no domicílio em que trabalham. No ano de 1995, 12% das trabalhadoras domésticas do país residia nos domicílios em que trabalhavam, em 2009, esse número caiu para 2,7%. É salutar salientar que esse número é um pouco mais elevado nas trabalhadoras negras e pardas, chegando a 3,1% no mesmo ano de referência. Outra alteração importante diz respeito ao número médio de horas trabalhadas nas atividades de serviço doméstico. Em 1995, a média de trabalho era de 41,7 horas semanais, em 2009, a média foi de 35,3 horas semanais, inferior a média de trabalhadoras ocupadas em geral que é de 40 horas. Por fim, uma última transformação significativa em relação às modalidades de trabalhadores domésticos, é o crescimento dos regimes de trabalho diaristas em contraposição à diminuição dos regimes

mensalistas, conforme mostra a Figura 5.

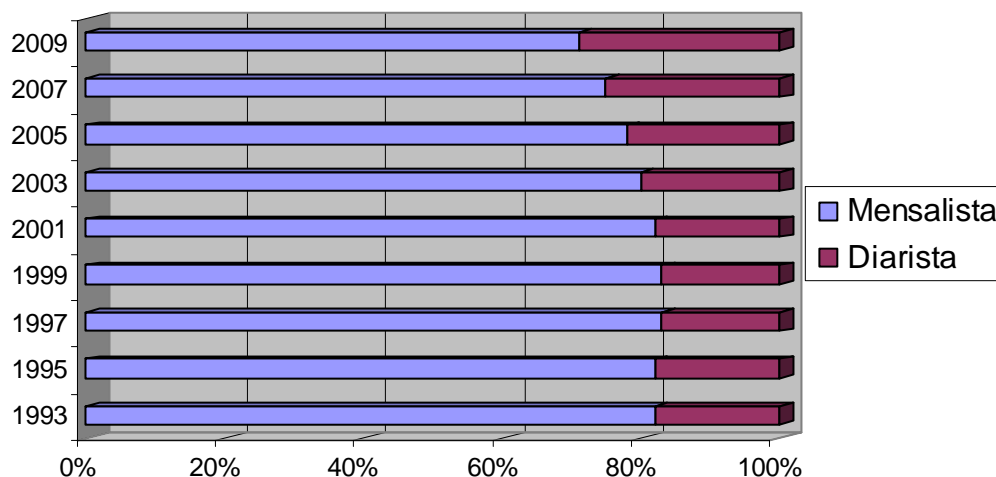


Figura 5 - Proporção de diaristas e mensalistas no total de trabalhadores domésticos. Brasil, 1993 a 2009. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

O crescimento do regime diarista de trabalho vem acompanhado por um aumento da formalidade nos regimes mensalistas. Em 2009, apenas 17,8% das empregadas domésticas possuíam carteira assinada, em 2011, 29,3% o tinham.

A despeito de todas essas transformações no perfil da trabalhadora doméstica, um elemento central de sua constituição alterou-se muito pouco nessa série histórica: o rendimento.

Um dos aspectos mais conhecidos em relação à desvalorização dos serviços domésticos é a baixa remuneração atribuída a essa ocupação. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os trabalhadores domésticos ocupam os graus mais baixos da escala de remuneração dos países latino americanos. Em 2009, o rendimento médio de uma trabalhadora doméstica no Brasil representava 37,7% do rendimento médio mensal do total de ocupados. Uma característica importante ao analisar o pequeno crescimento do rendimento médio do trabalhador doméstico, é que esse é o grupamento de atividade em que o rendimento menos se altera conforme os anos médios de estudo, conforme sugere a Figura 6 que demonstra a relação entre o rendimento médio e os anos de estudo nas regiões metropolitanas no país.

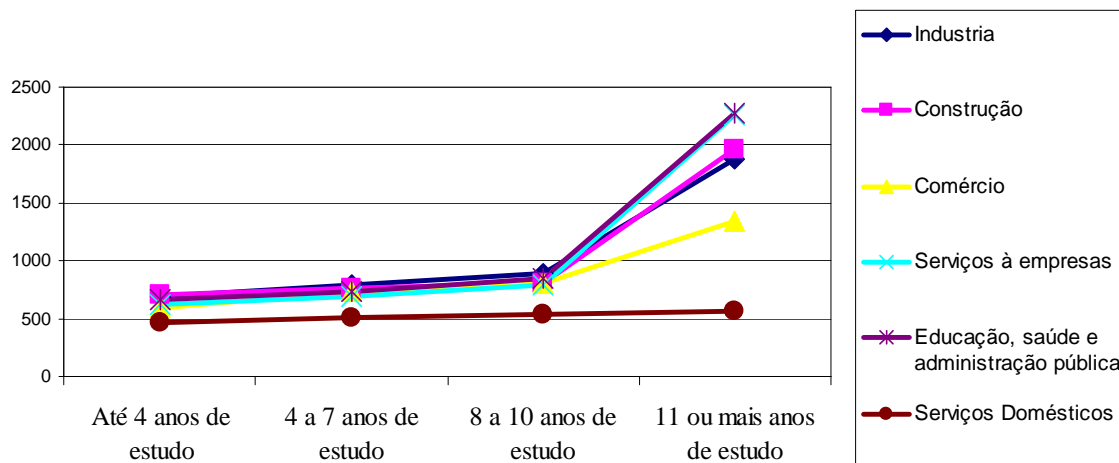


Figura 6 - Rendimento por anos de estudo conforme agrupamento de atividades (R\$). Regiões metropolitanas brasileiras, 2012. Fonte: Elaboração própria com dados da PME

Dessa forma, podemos notar que mesmo que o perfil do trabalhador doméstico tenha se alterado nos últimos períodos, existe uma continuidade em uma característica fundamental dessa ocupação: o baixo rendimento. Ademais, cabe alertar que esse rendimento apresenta um crescimento muito menor quando analisamos as trabalhadoras que trabalham em apenas um domicílio, entendida como um caso típico de regime mensalista. O rendimento da trabalhadora diarista que realiza os serviços domésticos em mais de um domicílio é 11,8 % maior que o rendimento médio de mensalistas em 2011.

3.2.2. Mudanças na legislação

Uma das características importantes para a formação da concepção de trabalho no Brasil foi a lenta transição para o trabalho livre, e a impotência do Estado perante oligarquias locais consolidando durante anos o que Cardoso (2010) chama de “O Estado Antissocial” que reproduz desigualdades e não se compromete com a proteção social do trabalhador brasileiro. Sendo assim, até os anos 1930, pouca atenção era dada às questões do mundo do trabalho, e as escassas garantias que existiam se restringiam a uma parcela pequena de profissões e ocupações, enfaticamente as do setor público.

Com a chamada “Era Vargas”, as políticas relacionadas ao trabalho cresceram em larga escala, sendo datados desse período várias conquistas trabalhistas como a criação do Ministério do Trabalho, a regulamentação da jornada diária de 8 horas diárias, a fixação de um salário mínimo e, em 1942, a criação da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) que regulamenta, entre outras coisas, o descanso semanal, a carteira de trabalho e as férias anuais remuneradas.

A CLT é criada como uma política universalista, que pretende atender todos os trabalhadores brasileiros, e é nesse sentido que Cardoso (2010) fala da “utopia da proteção social representada pela legislação trabalhista” (p.207) que assolou o país nesse período. Contudo, o trabalhador doméstico foi excluído em um artigo no qual afirmava-se que este, por possuir uma natureza específica, não se encaixava nas disposições previstas no documento.

Apesar de sua existência estar fortemente ligada com o passado escravocrata, a profissão de trabalhador doméstico foi regulamentada muito recentemente na história do país. A lei que dispõe pela primeira vez sobre esse tipo de trabalhador (Lei 5.859) é de 1973, entendendo por trabalhador doméstico aquele que realiza trabalhos de caráter não-lucrativo para uma pessoa ou família dentro do espaço domiciliar.

Na década de 1980, o país adotava uma estratégia de forte regulamentação do mundo do trabalho, e os direitos que a Constituição de 1988 prevê aos trabalhadores é um bom exemplo disso. Entretanto, ao mesmo tempo em que essa Constituição estabeleceu alguns direitos para os trabalhadores domésticos, manteve-os excluídos da regras da CLT. De forma similar, enquanto que os trabalhadores formais passam a ter direito ao seguro-desemprego em 1986, os trabalhadores domésticos, todavia, só vão conseguir usufruir dessa garantia a partir de 2001.

O desamparo legal e previdenciário enfrentado pelos trabalhadores domésticos brasileiros foi tema de estudos em diversas áreas do conhecimento, e chegou a ser abordado em duas Notas Técnicas lançadas pela Organização Internacional do Trabalho que versaram sobre a criação de condições de um trabalho decente para os trabalhadores domésticos da América Latina.

Recentemente, o assunto virou centro de debates no país com a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição 72/2013, que ficou conhecida como a “PEC das domésticas”. A proposta que foi promulgada no dia 2 de abril no Congresso Nacional prevê a extensão aos empregados domésticos da maioria dos direitos, previstos atualmente para os demais trabalhadores registrados com carteira assinada (em regime CLT). Esses direitos estão listados atualmente no artigo 7º da Constituição Federal.

O assunto virou polêmica porque muitos defendem que direitos como a jornada de 40h, a hora extra, o adicional noturno e a fixação de um salário mínimo da categoria encarecem muito a contratação desse tipo de serviço, e trouxe à tona a teoria de que a formalização de uma categoria pode significar efetivamente a extinção de boa parte de seus postos de trabalho. Do outro lado, sindicatos locais da categoria se manifestaram a favor da proposta, que foi aprovada no Senado em julho deste ano.

A mudança na legislação trabalhista brasileira, incorporando gradativamente a proteção dos trabalhadores domésticos mostra a valorização dessa ocupação. Por outro lado, a polêmica que essas alterações suscitaram para a sociedade, indica que ainda existe muito a avançar no tocante ao reconhecimento desse trabalho.

4. O SERVIÇO DOMÉSTICO EM FAMÍLIA: CONTINUIDADES E RUPTURAS NAS TRAJETÓRIAS E PROJETOS

Apreender as continuidades e rupturas nas trajetórias familiares em trabalho doméstico só é possível ao analisarmos como os projetos individuais e coletivos dessas mulheres foram construídos e alterados no decorrer de suas trajetórias. Sendo assim, esse capítulo é dedicado a expor trechos das narrativas contadas por nossas oito interlocutoras, relacionando-os com as questões pertinentes à realização desse estudo e a bibliografia que a eles se dedica.

Na primeira seção apresentamos um breve perfil das mulheres entrevistadas. A segunda seção é dedicada para a exposição das narrativas que contam as continuidades das trajetórias familiares em trabalho doméstico, expondo eventos marcantes nas trajetórias das trabalhadoras, além de enfatizar processos de construção de sentidos a partir desses acontecimentos. Na terceira seção discorremos sobre os processos de transição para a vida adulta vividos pelas mulheres entrevistadas, focando em três momentos principais apresentados pela literatura como emblemáticos dessa transição: o término dos estudos, a inserção no mercado de trabalho e a saída da casa dos pais. A quarta e última seção tem por objetivo expor os projetos individuais e coletivos que orientam a vida dessas mulheres e, principalmente, as rupturas das trajetórias familiares em trabalho doméstico.

4.1. As donas das narrativas: perfil das entrevistadas e suas famílias

Foram utilizadas, nesse estudo, narrativas de oito mulheres, vindas de quatro famílias diferentes. Inicialmente, apresentamos a composição do grupo familiar, focando nas mulheres e, a seguir, elaboramos um breve perfil das mulheres que participaram de processos de entrevista. A numeração das famílias foi por ordem cronológica de acordo com a entrevista realizada com a primeira mulher da família.

A primeira família é composta por Dona Jacira, 52 anos, natural de Santo Ângelo (RS), reside em Porto Alegre desde os 15 anos, é trabalhadora doméstica desde os 13. Jacira é mãe de cinco filhos. A filha mais velha, Gisa, não reside mais com ela, é casada e tem um filho adolescente. Residem, junto com a Jacira, seu atual marido e suas três outras filhas. Daniela, 28 anos, estudou até a 4ª série e é caixa de uma rede de supermercados. Priscila, 26 anos é mãe de David, com menos de um ano quando da realização da entrevista, estudou até a 5ª série e é atendente de uma rede de fast food. Gisele, 24 anos estudou até a 6ª série e trabalha em uma padaria. O filho mais novo, Alexandre faleceu antes do início das entrevistas. Participaram da construção da narrativa dessa família a matriarca, Jacira e a filha mais nova,

Gisele.

A segunda família é composta por Gisa, 46 anos, estudou até a 8ª série. É do interior do Estado e veio para Porto Alegre com 15 anos. Filha de trabalhadora doméstica que, assim como sua irmã mais velha, continuou a trajetória familiar em trabalho doméstico. É separada e reside com um casal de filhos, o menino tem 20 anos e trabalha em uma metalúrgica, e a tem menina 15 e está na sétima série. A Gisa foi a única entrevistada dessa família.

A terceira família é composta por três mulheres. A mãe, Soeli tem 58 anos, é trabalhadora doméstica, assim como foi sua mãe, estudou até a 4ª série e teve duas filhas. Drica, a filha mais velha, com 34 anos também é trabalhadora doméstica, é casada, mãe de dois filhos, Gabriel com 10 anos e Camila com 6. Reside, junto com o marido, em uma casa própria construída no mesmo terreno em que moram os pais do marido. A mais nova, Kely, tinha 24 anos no momento da realização da entrevista, trabalha como aplicadora de pesquisa por telefone, possui graduação em geografia e está com a matrícula trancada no curso de engenharia ambiental, que pretende terminar. Está grávida e reside com o namorado desde a descoberta da gravidez. As três são naturais de Céu Azul (PR) e residem em Francisco Beltrão (PR) desde 1999. A narrativa desta família foi construída por meio de entrevistas realizadas com as três mulheres.

A quarta e última família, a única em que usamos pseudônimos, por escolha das trabalhadoras. É composta por Norma, 50 anos, trabalhadora doméstica assim como a mãe e a avó. É natural de Rio Grande, teve três filhas. A irmã mais velha, criada como filha, Brenda, tem 36 anos e a única na família que seguiu a trajetória ocupacional de Norma. As duas outras filhas mulheres trabalham com seus respectivos maridos.

4.2. Trajetórias familiares em trabalho doméstico

Se narrar compreende “contar vivências e enunciar discursos sociais, traçar depoimentos pessoais e informar condições objetivas de vida, situar disputas e indicar tomadas de posição (Pinheiro, 2010), essa seção é dedicada a reconstruir trajetórias familiares em trabalho doméstico de quatro famílias, a partir de fragmentos das histórias de vida das mulheres entrevistadas.

Partimos do princípio defendido por Josso (2004) de que o processo de selecionar fragmentos de sua história de vida para narrar a sua história para alguém consiste em uma tomada de consciência sobre as suas vivências, possibilitando um momento formador de ressignificação de sua própria trajetória.

Dessa forma, buscamos expor nesse trecho do trabalho algumas similitudes encontradas ao longo das narrativas das mulheres ocupadas com trabalho doméstico, incluindo, em alguns casos, mais de uma geração da mesma família. Longe de querer ignorar as singularidades e supor a constituição de uma narrativa homogênea, a ideia de buscar as semelhanças nessas histórias é justamente a de mostrar que as histórias de vida dessas mulheres e famílias, que nem se conhecem, trazem marcos do contexto social e do momento histórico em que vivem. Constam nesta seção tanto elementos objetivos das narrativas, como sentidos atribuídos à essas narrativas por suas protagonistas, ou seja, podemos encontrar, além da exposição de regularidades de eventos na vida das trabalhadoras, o contexto dessas histórias emergindo de suas falas.

O início das trajetórias de trabalho dessas mulheres é muito semelhante: em algum momento de sua adolescência (ou até infância), a família encontra dificuldades para manter um padrão de vida digno para todos os filhos, e a necessidade leva essas ainda meninas a trabalhar.

Ai, eu comecei a trabalhar mesmo... eu tinha uns 17 anos, eu acho, com carteira assinada, mas eu sempre trabalhei, sempre trabalhei perto da minha casa... eu era babá, eu sempre trabalhei, desde os meus 13, 14 anos (...) depois fui indo... aí comecei a trabalhar como doméstica mesmo. (...) [Foi por] Necessidade, pra ajudar meus pais, né?! Por que a gente veio de fora, era mais sacrificado, assim, tudo era mais sacrificado. Aí eu comecei a trabalhar mais era pra ajudar meus pais. (Gisa, 46 anos)

Era só meu pai que trabalhava, né? Numa época que as mulheres não trabalhavam muito fora, e era, era bem pesado, né? Sete filhos pro meu pai sustentar. E eu sou uma das velhas, sou a segunda. E a minha irmã mais velha, já começou a trabalhar, assim, de doméstica já. Acho que não tinha uns 15 anos. Eu já comecei a trabalhar com menos, com menos de 13 anos eu já trabalhava, no interior. (...)É, e era bastante difícil pro meu pai dar tudo, né? (Jacira, 52 anos)

Eu comecei a trabalhar, acho que eu tinha uns dez anos de idade. Meu pai estava doente, daí eu comecei a trabalhar, mas trabalhava a troca da comida... comida, roupa, calçado, essas coisas. Aí o pai faleceu, o pouquinho de terra que nós ainda 'tinha' meus irmãos botaram fora, e daí pra frente, era trabalhar pra sobreviver. (Soeli, 58 anos)

A gente teve uma vida muito difícil, muita pobreza. Meu pai alcóolatra e minha mãe doente... Eu tinha 14 anos, e comecei a trabalhar de doméstica (...)Trabalhava meio período na casa do Seu Paulo e meio período eu trabalhava na roça. (Norma, 50 anos)

A falta de qualificação e, conseqüentemente, de opção de trabalho e a experiência na realização dos afazeres domésticos, já realizado há tempos em sua própria casa, são os principais motivos que levam a “escolha” pelo trabalho doméstico:

Eu já tinha experiência. Porque a mãe às vezes levava nós junto pra fazer faxina e

agente foi aprendendo (...)As minhas irmãs também, nossa família toda trabalhou, assim, como doméstica (Giza, 46 anos)

Outro elemento que marca a trajetória dessas mulheres é a infância no interior, onde tiveram as suas primeiras experiências de trabalho. Esse fato objetivo, é marcado por elementos subjetivos negativos. Em suas narrativas, essas experiências são lembradas como momentos de trabalho pesado e bastante polivalente.

Eu tinha que tirar leite, entregar leite... Eu tinha que lustrar a casa, de joelho, o chão com um pano, e o rodapé com outro. Eu matava frango, empacotava. Limpava o pátio de joelho também...Lavava roupa e limpava a casa, eram cinco banheiros, limpava a piscina de pedra, tudo esfregada com sabão de soda, que é uma coisa que nem sei se ainda existe (Norma, 50 anos)

(...)Aqueles casas do interior que são muito bem cuidadas e ela, tinha um monte de calçada pra lavar e... tinha calçadas que agente encerava, também, com enceradeira e tudo. Era um serviço bem puxado (Jacira, 52 anos)

A mudança para uma cidade maior, mais central, aparece nas narrativas como um momento de crescimento das oportunidades, marcando uma espécie de “recomeço” das trajetórias de trabalho.

E aí eu resolvi vim morar aqui em Porto Alegre pra arrumar um emprego melhor e também pra agente poder trabalhar, porque também lá a gente ganhava muito pouco. Trabalhava bastante e ganhava pouco (...) A gente ficou bem deslumbrada, porque o salário era bem melhor do o que a gente ganhava no interior. (Jacira, 52 anos)

Até que nós viemos pra cá... Minha vida começou a melhorar mesmo depois que eu cheguei aqui. Que lá a cidade era pequena, não tinha oportunidade. (Soeli, 58 anos)

Para não ver meus filhos passarem necessidade, eu vim morar pra cá, e foi quando a minha vida restaurou. Comecei a trabalhar em uma casa que era a 7 km, e eu ia e voltava a pé para economizar o passe (Norma, 50 anos)

A necessidade também é apontada em suas narrativas como o elemento que levou a(s) filha(s) mais velhas a se ocuparem com trabalhos domésticos. Essa inserção no mercado de trabalho aparece como um elemento que marca a passagem para a vida adulta dessas mulheres, conforme exporemos com mais aprofundamento na próxima sessão.

A inserção da filha mais velha no ramo de trabalho doméstico aparece como a única resposta possível para a conjuntura. As mães enfatizam que não gostariam que as filhas fossem trabalhadoras domésticas, mas ressaltam que não existia opção para o momento.

Mas ela procurava emprego, não encontrava, largava currículo, e o serviço que ela encontrou foi de doméstica (...) (Jacira, 52 anos)

Quando ela começou a trabalhar de empregada doméstica ela tava no ginásio, era o que ela podia fazer naquele nível de estudo. Tinha que ser isso mesmo. (Soeli, 58 anos)

A partir daqui, as narrativas das duas gerações se fundem, trazendo fragmentos das

trajetórias de mães e filhas que dividem, além dos laços consanguíneos, uma ocupação.

Apesar das continuidades nas trajetórias, alguns elementos marcam rupturas e mudanças de aspectos fundamentais das trabalhadoras. O primeiro deles diz respeito à escolarização. Mesmo que o trabalho apareça para todas como o motivo para a interrupção dos estudos, é possível observar diferenças geracionais no nível de escolaridade alcançado pelas trabalhadoras domésticas entrevistadas. As trabalhadoras com mais de 40 anos entrevistadas nesse trabalho, tem o ensino fundamental incompleto.

Então a opção do meu pai era que a gente viesse pra cá trabalhasse e estudasse, né? (...)Ah, eu comecei a trabalhar aqui em Porto Alegre e não voltei mais estudar (Jacira, 52 anos)

Eu estudei até a 4a série, e aí, não dava mais, né? Naquela época era muito difícil, não dava para fazer as duas coisas. Até a 4a série, tinha escolinha perto, aí dava. Depois da 4a série, aí o sonho acabou, e agora depois de velha, eu não vou voltar para um banco de escola. (Soeli, 58 anos)

Já a maioria das trabalhadoras mais jovens, chegou até o ensino médio, além de terem feito cursos técnicos, mesmo que esses não reflitam em sua trajetória profissional.

Fiz 2º grau. Trabalhava de dia e fazia de noite, técnico de contabilidade. Consegui me formar, mesmo odiando o curso. Nem pensei em continuar estudando, eu trabalhava direto e não tinha tempo para ficar estudando para passar no vestibular, essas coisas. Até hoje nem penso em fazer faculdade, não me atrai (Drica, 34 anos)

Depois de acabar o ensino médio, fiz cursos de vitrinista e de telefonista, mas nunca exerci nenhuma dessas profissões (Brenda, 36 anos)

Essas diferenças corroboram o que mostram os dados quantitativos em relação ao aumento do nível de escolaridade das trabalhadoras domésticas nos últimos anos. Quando questionadas sobre a vontade de continuar os estudos, a maioria não vê essa opção como possibilidade. A única das trabalhadoras entrevistadas que trabalha como empregada doméstica fixa todos os dias em uma única casa, é também a única que apresentou interesse em retornar aos estudos.

Assim, se um dia eu me... Eu tenho vontade, assim de terminar, de fazer o segundo grau. Tenho vontade, mas daí eu queria, sei lá, me aposentar um dia e estudar. Eu gostaria de terminar (Giza, 46 anos)

Nesse sentido, mostram-se necessários estudos que investiguem a recorrência dessa vontade de retornar aos estudos entre as trabalhadoras domésticas, e quais as relações dessas expectativas com outras variáveis, como a tipologia de trabalho.

Em relação à percepção das trabalhadoras sobre a ocupação de trabalhadora doméstica, as narrativas mesclam percepções de desvalorização social desse trabalho, com trajetórias de satisfação pessoal na realização desses exercícios profissionais.

Ao retratar a desvalorização com que a ocupação é vista socialmente, dois elementos aparecem com ênfase: a falta de direitos, comparado às demais ocupações, e a invisibilidade do trabalho realizado. Esses aspectos já foram apontados por Melo (2007), para quem as atividades que ficaram, secularmente, sobre a incumbência das mulheres, e que ainda hoje seguem como uma função tradicional feminina tem um caráter de invisibilidade social, sendo desqualificadas e desvalorizadas socialmente.

Até porque de doméstica a gente não tem muitos direitos, né? Não tem, não é muito reconhecido o trabalho da gente. É, eu gosto do trabalho, mas doméstica não direito a quase nada.... (Jacira, 52 anos)

Não é valorizado! Eu acho que ele não é valorizado. (...) As pessoas não dão valor pro teu trabalho. Eles não... tu faz, faz e faz e parece que ta sempre faltando alguma coisa, entendeu? Eu acho que ele não é valorizado (Giza, 46 anos)

Mesmo percebendo o trabalho doméstico como uma ocupação desvalorizada socialmente, em diversos pontos de todas as narrativas aparecem relatos de satisfação com o seu trabalho, que envolve aspectos como boa remuneração, flexibilidade da jornada (para as diaristas), e, em alguns casos, vocação.

Tive outras oportunidades, mas preferi trabalhar com faxina mesmo. Quando tive meus filhos, era complicado ficar o dia inteiro fora. (Drica, 34 anos)

Eu já fui até manicure, mas eu não gostei de trabalhar de manicure, preferi voltar pra faxina (Jacira, 52 anos)

Meu dom mesmo, o que eu sempre gostei, foi da limpeza... (Brenda, 36 anos)

Adoro, eu tenho paixão pelo que eu faço.(...) Eu gosto de arrumar, assim que a mulher chega e esteja assim tudo arrumadinho. Eu sou assim, eu chego na casa e já pergunto como é que tu gosta do serviço? E faço desse jeito, e não do meu jeito. Faço conforme a mulher quer. Esse é um serviço que eu amo fazer, minhas filhas todas sabem que eu gosto mesmo disso. (Norma, 50 anos)

Essas noções de satisfação e desvalorização, que a primeira vista parecem contraditórias, na verdade, refletem a noção de um processo de mudanças que traz o aumento dos direitos e até da valorização da ocupação, mas que ainda não consegue modificar o status de inferioridade que muitas vezes a ocupação traz consigo. Essa percepção de processo fica clara em trechos que demonstram uma sensação de tranquilidade agora, quando comparado há anos atrás, enfatizando melhoras no retorno financeiro e no aumento da autonomia da jornada.

É, mas eu acho difícil a gente depois de ser doméstica não consegue sair desse ramo. E hoje em dia ainda é um serviço que tá melhor que os outros. No meu tipo de... Porque nas casas que eu trabalho, todas eu tenho a chave e eu chego, faço meu

trabalho (...) E, já sei todo o esquema da casa, e ninguém me incomoda. Ele é um pouco puxado né, mas agora compensa.(Jacira, 52 anos)

Hoje, graças a deus posso dizer que estou bem, porque antigamente era muito difícil, muito sofrido, o trabalho doméstico era muito pouco valorizado. Ganhava muito pouco. Mas hoje posso dizer que estou feliz. Trabalho bastante, mas é muito gratificante (Soeli, 58 anos)

To nessa profissão ainda porque hoje se paga bem.. Se eu tivesse em outra profissão como secretária, eu dificilmente ganharia o que eu ganho hoje. Trabalho de manhã em uma mesma casa, sou diarista em outras quatro e limpo um prédio(...). Hoje, eu gosto disso. Hoje não tem preconceito como tinha antigamente. Diminui a oferta, daí esta mais valorizado (Drica, 34 anos)

Esse processo de transformações demonstra a eficácia de diversas políticas públicas orientadas para o trabalho doméstico, ao mesmo tempo em que deixa claro os limites dessas políticas, as barreiras sociais que ainda precisam ser derrubadas e as lacunas de direitos que ainda precisam ser preenchidas.

4.3. Trajetórias juvenis e processos de transição para a vida adulta

O tema da juventude ganhou destaque recentemente não apenas nos trabalhos acadêmicos das ciências humanas, mas também na formulação de políticas públicas. Essa fase da vida é, muitas vezes, entendida como um período de transição dotado de contradições e instabilidades que poderiam tornar os jovens mais susceptíveis a problemas sociais como a violência e o desemprego. (Sposito; Corrochano, 2005).

Contudo, existem dois cuidados que devem ser tomados ao estudar esse tema: o primeiro diz respeito à necessidade de não simplificar a juventude reduzindo-a a um todo homogêneo, fazendo com que suas similaridades encubram especificidades de classe, gênero e raça/etnia. O segundo, relacionado ao primeiro, é o esforço de entender a juventude a partir do contexto histórico, analisando de que forma a estrutura social vivenciada pelos jovens possibilita as singularidades ou especificidades enfrentadas por esse grupo. Assim, conforme Castro e Abramovay (2004), “A juventude é, ao mesmo tempo, um ciclo de vida com características próprias e parte de um momento histórico”.

Partindo de autores como Bourdieu (1983), para quem a juventude é uma categoria arbitrária, e deve ser entendida de maneira relacional, levando em consideração as definições das categorias de *não-juventude*, uma das formas mais utilizadas pela literatura é compreender os momentos da vida como processo. Dessa forma, tornam-se usuais estudos que investigam

os processos de transição da juventude para a vida adulta com o intuito de compreender melhor essas categorias.

Conforme Camarano e Mello (2006), os estudos recentes têm demonstrado que os processos de transição vivenciados pela atual geração são mais complexos e menos previsíveis se comparados aos processos das gerações anteriores. Essa complexidade não permite uma visão linear dos fatores entendidos como fundamentais da passagem para a vida adulta. Ainda conforme a autora, três são os eventos principais encarados como marcadores dessa transição, quais sejam: independência econômica, saída da casa dos pais, e constituição de família. Não há consensos sobre qual desses eventos é o definidor da passagem para a vida adulta, assim como não há consensos sobre o que exatamente define esses eventos. Entretanto, boa parte da literatura aceita que esses eventos são interligados e se relacionam intimamente com outros como a saída da escola e a parentalidade.

Um novo debate que ganhou grande aceitação nos estudos sobre o processo de transição para a vida adulta é a existência do fenômeno do prolongamento da juventude. Esse fenômeno seria caracterizado pelo aumento da idade média em que os jovens vivenciarão eventos importantes para a transição. A principal causa desse “envelhecimento” seria o aumento da demanda por qualificação presente no mercado de trabalho, como demonstra Madeira (2006).

(...) Assim, na medida em que as sociedades são mais afluentes, e exigem mais qualificação para obtenção de melhores rendas, tornam-se mais propensas a dar aos jovens a oportunidade de estender o período de moratória da juventude, até porque nesses países, com o avanço da tecnologia, as famílias vão perdendo a necessidade de envolver crianças e adolescentes no processo produtivo(...) (. p. 143)

Esse fenômeno, contudo, não atinge toda a juventude com a mesma intensidade depende de condições de classe, gênero e raça/etnia.

Durante a realização do *campo de pesquisa* desse estudo, observou-se que mesmo que algumas filhas não tenham realizado todos os eventos entendidos como “de passagem” e mesmo tendo ainda idade para serem consideradas jovens, todas as mulheres das famílias estudadas consideravam-se – e eram consideradas – já adultas. Dessa forma, buscamos entender como se deu o processo de transição dessas mulheres para a vida adulta, tentando apreender quais os elementos da juventude ainda traziam consigo. Esses processos foram analisados à luz da literatura que observa regularidades e especificidades nos processos de transição no Brasil, com uma tentativa de situar as famílias entrevistadas na generalidade ou na exceção dos processos observados por outros estudos.

Um conjunto de eventos ligados ao processo de escolarização marca um importante

passo no processo de transição. Segundo Camarano e Mello (2006), a saída da escola é um dos primeiros indicadores do início do processo que conduz à vida adulta. Para uma parcela da juventude, a idade compreendida entre os 18 e os 30 anos é uma fase de “treinamento” e “preparação” para a vida adulta, enfaticamente no aspecto profissional. É nessa fase que, segundo Madeira (2006), esses jovens constroem os alicerces para a sua ocupação futura dependendo, então, desse processo, o seu nível de rendimento.

Entretanto, em um país marcado por desigualdades, como o Brasil, podemos observar diferenças no tempo de estudo e “preparação” para uma inserção qualificada no mercado de trabalho. Podemos observar, por exemplo, que o fenômeno entendido como *prolongamento da juventude*, comum em países desenvolvidos, por aqui ocorre apenas em famílias com altos rendimentos, o que possibilita que o jovem se dedique com prioridade a sua preparação profissional. (Madeira, 2006).

Nas famílias com menores rendimentos, o período de preparação é encurtado por processos que aceleram a passagem para a vida adulta, como a inserção no mercado de trabalho e a constituição de família. Nesses casos, o estudo acaba possuindo uma relevância secundária na vida dos jovens. Dados do censo mostram que o ensino médio de nível técnico é ocupado, majoritariamente, por famílias nessa posição, o que leva a crer que fazer um ensino médio com caráter profissionalizante é uma das alternativas encontradas pelas famílias para que o jovem possa conciliar a inserção no mercado de trabalho com a “preparação” para um mercado que demanda de maior qualificação.

Uma das famílias estudadas adotou essa estratégia. Contudo, observou-se que a qualificação adquirida com o curso técnico não foi utilizada na inserção do mercado de trabalho, já que a jovem o cursou enquanto trabalhava de doméstica, e continuou nessa ocupação. Nesse sentido, é importante ponderar o quanto a inserção precoce no mercado de trabalho pode limitar a oportunidade de realização de reconversões na trajetória profissional. Mesmo as jovens que chegam a realizar cursos têm suas possibilidades de aproximação com o campo profissional, por meio de estágios, por exemplo, limitada pela necessidade de realização de um trabalho que garanta financeiramente sua sobrevivência.

Fiz contabilidade. Só fiz contabilidade porque era a noite. Não tinha nenhuma vocação... E a noite só tinha contabilidade. Não tinha outra opção. Daí era ou fazer isso, ou ficar sem estudar, né? Porque durante o dia eu trabalhava (Drica, 34 anos)

A essa desigualdade no tempo de preparação para o mercado de trabalho que opera, também, como um fator de reprodução da desigualdade, Madeira (2006) chama de *efeito*

perverso do déficit educacional. Para a autora, para além do maior rendimento econômico imediato que uma inserção mais qualificada resulta, a educação traz consigo “diversas outras implicações relevantes que atuam de forma indireta e colaboram para a compreensão dos mecanismos que entram o desenvolvimento e atuam na persistência da pobreza e da desigualdade” (p. 147).

Uma dessas implicações pode ser a própria concepção de trabalho e o entendimento das relações trabalhistas. Muito embora a trabalhadora entrevistada que havia realizado curso técnico em contabilidade não entendesse esse estudo como relevante para a sua ocupação, em um trecho de sua narrativa demonstrou um diferente entendimento sobre as relações de trabalho vivenciadas, se comparada a sua mãe, companheira de ocupação. Enquanto essa acreditava que estabelecer uma relação mais próxima com o empregador era fundamental para o sucesso profissional, e que o acordo de trabalho deveria ser baseado nas tarefas demandadas pela patroa, aquela estabelecia uma relação de caráter mais profissional, baseado nas horas trabalhadas.

(...)Eu cobro por hora, porque se você não colocar limite no teu horário, não vai ser o empregador que vai por. Porque pra ele quando mais tu ficar, mais lucro pra ele(...)
(Drica, 34 anos)

Dados recentes apontam para uma progressão de gerações mais novas concluindo ensino médio para quem devem ser abertas novas possibilidades de trajetória escolar. As entrevistas realizadas com as famílias corroboram em parte com essa teoria, uma vez que as filhas mais jovens da maioria das famílias têm escolaridade maior do que as gerações anteriores e até de que suas irmãs mais velhas. Na última seção desse capítulo analisaremos como as rupturas das trajetórias familiares em trabalho domésticos atendem a um projeto familiar de futuro, que passa pelo aumento do tempo de qualificação para o mercado de trabalho.

Apenas em uma das famílias analisadas não podemos observar aumento de escolaridade em comparação com as gerações anteriores. Na narrativa, a mãe demonstra tristeza em constatar o abandono do estudo por parte das filhas.

Meu sonho mesmo era que um dos meus filhos fizesse a faculdade. Eu não estudei muito, mas me esforcei para elas irem mais longe, mas nenhuma delas foi. (Jacira, 52 anos).

Uma das filhas, ao falar sobre a evasão explica que tinha sérias dificuldades em algumas matérias, especialmente matemática e que não encontrava incentivo por parte dos professores para que continuasse estudando.

Elas me falavam que eu não podia ser irmã do Alexandre², já que ele tirava notas tão boas. Eu não conseguia, daí depois de repetir duas vezes, vi que não valia a pena, né? (Gisele, 22 anos).

Essas rupturas nas trajetórias escolares esperadas para essa geração mostram que mesmo com a recente expansão no sistema educacional, focado no ensino público e gratuito, existem limitações na implementação da popularização do ensino. Para Madeira (2006) existe um estoque da população jovem, com baixos níveis de escolaridade, que vai se acomodando como efeito de produtos como a evasão e a repetência.

Outro conjunto de eventos apontado pela literatura como fundamental para compreender os processos de transição para a vida adulta são os relacionados ao mundo do trabalho, conforme explicita Guimarães (2005):

O debate sobre a transição para a vida adulta tem uma das suas âncoras mais importantes nos processos que transcorrem no âmbito do trabalho. Não somente porque a inserção no mercado de trabalho se constitui num dos momentos privilegiados dessa transição, como porque ela é condição de possibilidade para que outras dimensões da passagem da adolescência à vida adulta se efetivem. (p. 171)

Mais do que a simples inserção no mercado de trabalho, que pode aparecer em diversas fases da vida, o marcador da transição de um ciclo de vida a outro é a maneira como o trabalho é entendido pelo indivíduo e pelas pessoas próximas a si. Assim, na adolescência, o trabalho é entendido como uma forma de obtenção de dinheiro para garantir possibilidades de escolhas relacionadas ao seu lazer. Como mostra o trecho de uma das narrativas, quando se refere à época que começou a trabalhar, com treze anos

Acho que o que mais incentiva é quando a gente ganha o primeiro salário, porque, assim, morando em casa e tudo, dava pra comprar as nossas coisinhas, né? Depois que a gente tem responsabilidades aí vê que é diferente(...) (Jacira, 52 anos)

² Alexandre, o irmão mais velho, que possuía a trajetória escolar mais promissora, segundo aparece no relato da mãe, faleceu dois anos antes da realização da entrevista.

Na juventude, o trabalho começa a aparecer como uma preparação para a vida adulta, uma experiência focada no aperfeiçoamento dos papéis ocupacionais futuros (Madeira, 2006). Já na fase adulta, o trabalho aparece como uma necessidade para garantir as condições de sobrevivência tanto de si quanto de sua família. Família aqui utilizada não apenas como cônjuge e filhos, mas como qualquer pessoa próxima que possa ser dependente financeiramente. Como abordaremos na próxima seção, não é raro as irmãs mais velhas contribuírem no sustento das irmãs mais novas, visando um projeto de futuro para toda a família.

Não são todos os jovens que encaram as experiências de trabalho como um processo de formação e preparação para a vida adulta. Há jovens, como os entrevistados no campo dessa pesquisa, que têm experiências de escolarização e preparação, típicas da juventude, no entanto conciliadas com trabalho não voltados para a sua área de interesse, assumindo um caráter mais ligado ao sentido de trabalho apontado pela literatura como típico da fase adulta, como demonstra trecho de uma das entrevistas:

Não é exatamente o que eu quero... agora eu não trabalho na minha área, que eu estudei. É um trabalho tranquilo, embora não seja o que quero pra mim. Eu ainda espero terminar o meu curso e trabalhar na minha área. (Kely, 24 anos)

A convivência entre estudo e trabalho demonstra que para uma parcela da juventude, o estudo não é uma etapa de formação concluída previamente, a qual proveria as credenciais necessárias para o ingresso, posterior, no mercado de trabalho.

Mesmo em um contexto de crescente fragilização do mercado de trabalho atingindo as mais diversas faixas etárias, é nos jovens que encontramos as trajetórias de trabalho mais erráticas, marcadas por momentos de desemprego e inatividade e por uma grande mudança de empregos. Essas trajetórias não-lineares reforçam a ideia de que grande parte da juventude não vê na inserção do mercado de trabalho apenas uma preparação para a vida adulta, mas, de fato, necessita estar no mercado de trabalho para garantir sua subsistência.

Essa instabilidade em relação ao mercado de trabalho vivenciada pela juventude, gerou uma intensa discussão sobre a centralidade do trabalho para essa faixa etária. Guimarães (2006) discorda de autores como Gorz (1997) e Castels (2001), para quem o jovem viveria antecipadamente um processo prenunciado para o conjunto da sociedade, ou seja, o fim da centralidade do trabalho, vivido a partir do *exílio do trabalho*. A autora - utilizando dados da pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, organizada pela Perseu Abramo, em 2003 – demonstra que o trabalho constitui um “elemento-chave nas percepções dos jovens”.

Nas famílias entrevistadas por esse estudo, pudemos observar que o trabalho possui uma centralidade, sobretudo no que tange a passagem para a vida adulta. Por mais que algumas das jovens ainda vivenciassem momentos típicos da juventude, como morar com os pais e estar estudando, o fato de estar trabalhando e encarar o trabalho como uma necessidade de sobrevivência apresentou-se como condição suficiente para ser reconhecida pela família como adulto.

Essa constatação, antes de uma nova descoberta é uma corroboração de um fenômeno já apontado por dados quantitativos. De acordo com Camarano e Mello (2006), ao considerar a transição da juventude para a vida adulta de mulheres brasileiras, podemos notar uma redução da importância do casamento e da maternidade e o aumento da importância da inserção no mercado de trabalho.

O aumento da importância de fatores profissionais nos processos de transição para a vida adulta são frequentemente associados a um aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Contudo, são necessários alguns apontamentos sobre a relação entre esses processos.

Primeiro, é importante salientar que mesmo que a participação feminina nas atividades econômicas tenha crescido muito, uma parte considerável do tempo de vida das mulheres continua sendo dedicada a tarefas ligadas ao casamento e à maternidade, sugerindo uma continuidade de aspectos negativos da divisão sexual do trabalho.

Nas narrativas construídas durante esse estudo, a realização da maior parte das tarefas de cuidado da casa e dos filhos aparece sob responsabilidade das mulheres. Quando da sua realização por parte dos cônjuges, esse trabalho recebe um caráter de auxílio, visando diminuir a sobrecarga sobre a responsável “natural” sobre desse trabalho.

(...) Ele me ajuda. Ele chega, toma um banho enquanto eu preparo o café, aí ele já arruma a mesa... E assim vai, às vezes ele coloca a roupa pra lavar pra mim, sabe? Pra não ficar muito acumulado pra mim, né? (Brenda, 36 anos)

Segundo fato importante a ressaltar, é que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, diz respeito às mulheres declaradas cônjuges do chefe do domicílio. As mulheres em condição de chefes de domicílios, fenômenos mais comum nas classes mais populares, apresentam praticamente a mesma inserção no mercado de trabalho do que na geração anterior.

As narrativas que compõem esse estudo trazem trajetórias de mulheres que ocupam, em alguma das gerações estudadas, a posição de chefes de domicílio. Dessa forma, podemos

dizer que, na transição para a vida adulta, a centralidade do trabalho aparece não somente com o aumento da participação feminina nas atividades econômicas. Mas, a importância do trabalho para o processo de transição já se apresenta há algumas gerações para essas famílias.

Um terceiro conjunto de eventos apontado pela literatura como marcos da transição para a vida adulta são os ligados à constituição de família. Assim como a defesa da centralidade do trabalho nos processos de construção de uma identidade adulta, Heilborn e Cabral (2006) apontam para a centralidade da família nesse processo:

De forma análoga [à centralidade do trabalho], discute-se sobre a centralidade da família na trajetória de vida dos sujeitos das classes trabalhadoras, em que a família encarna um 'sentido de totalidade' sobre o indivíduo, organizando-se por uma lógica assimétrica entre os gêneros e uma hierarquia entre as idades. (p. 238)

O conceito de família é muito complexo e pode compreender diferentes interpretações das mais distintas áreas do conhecimento³. Entendendo que explicitar aqui os diferentes usos do conceito não se faz necessário para o desenvolvimento deste estudo em específico, nos valem aqui do conceito próximo ao sentido utilizado mais frequentemente em estudos da sociologia, demografia e economia, entendido como *grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco e residentes no mesmo domicílio*. Aceitamos que essa conceituação não abarca todas as formas possíveis de família, contudo, visamos utilizá-lo de forma operacional, ao analisar um dos processos compreendidos como fundamentais no processo de transição para a vida adulta: a saída da casa dos pais.

O processo de sair da casa dos pais é um fenômeno com profunda relação com os demais que marcam o processo de transição para a vida adulta. A já apresentada tese do *prolongamento da juventude* defende que as últimas gerações de jovens têm saído da casa dos pais tardiamente se comparada com as anteriores, visando, principalmente, um maior saldo quanti e qualitativo de estudo e formação. Como já sustentamos anteriormente, esse fenômeno é restrito a uma parcela da população, detentora de maiores rendimentos. Contudo, podemos observar em praticamente toda a população jovem, que a saída da casa dos pais possui, hoje, pouca relação com a inserção no mercado formal de trabalho, por exemplo. É crescente o número de jovens que se mantêm na casa dos pais mesmo depois de conseguir uma independência financeira, muitas vezes os seus rendimentos atuam como renda familiar complementar.

Como mostra Barros (2010), para muitos jovens, o futuro “não acaba na conclusão dos cursos superiores e na colocação no mercado de trabalho”. Para a autora, os jovens que

³ Sobre as diferentes formas de conceituação de família, ver Camarano (2006), capítulo 7.

mesmo depois de alcançarem a independência financeira permanecem na casa dos pais, assumindo papéis de responsabilidade, como auxiliar na renda familiar, estão preocupados em traçar planos para o futuro, embasados em projetos de mobilidade social.

Há, também, uma maior desvinculação entre os fenômenos de casar e sair de casa. Isso pode ser explicado tanto pela diminuição da nupcialidade, como pelo crescimento da coabitação que se dá quando mesmo depois de casar, o jovem permanece no mesmo domicílio dos pais.

Por outro lado, dados sugerem que a constituição de domicílio para os jovens está muito associada à presença de filhos, e que essa é uma tendência crescente no tempo. Esses dois apontamentos demonstram que a nupcialidade frequentemente não precede a parentalidade, o que era comum nas gerações anteriores. Uma tese decorrente desta constatação é a de que a sexualidade teria ultrapassado a barreira do matrimônio para as mulheres. (Heilborn e Cabral, 2006).

As narrativas analisadas nesse estudo demonstraram que há uma recorrência desse fenômeno nas famílias estudadas. Verificamos que em todos os casos em que houve a saída da casa dos pais da última geração de jovens, (Gisa, família 1; Adriana e Kely, família 3; Brenda, família 4), o fenômeno aconteceu depois da descoberta da gravidez.

Apesar de ser crescente o número de jovens que constituem família e continuam habitando na casa dos pais, em todas as famílias estudadas, isso aconteceu apenas uma vez, em um caso de maternidade sem cônjuge, de uma das filhas mais jovens que não seguiu a trajetória de trabalho doméstico, corroborando os dados dos censos de 1980 e 2000, em que fica claro que nessas duas décadas, aumentou o número de jovens mulheres que tinham filhos e permaneciam na casa dos pais, principalmente as com *status* de solteiras e separadas.

Em relação a diferenças de gênero ocorridas durante esse processo, é importante salientar que enquanto para a maioria dos homens, a paternidade e a constituição de domicílio são posteriores à independência financeira, dados apontam que, para as mulheres, a constituição de domicílio é praticamente simultânea a sua entrada no mercado de trabalho (Heilborn e Cabral, 2006).

No *campo de pesquisa*, contudo, observamos um hiato entre a independência financeira e a constituição de domicílio nas mulheres da última geração entrevistada, sugerindo que a coexistência de fenômenos como inserção no mercado de trabalho e constituição de família não se estende para jovens de todas as classes sociais.

Sumarizando, em relação aos processos de transição para a vida adulta, podemos observar que, nas famílias estudadas, fenômenos como a maternidade, a constituição de

família, ou saída de casa dos pais permaneceram simultâneas e foram precedidas pela inserção no mercado de trabalho, tanto para as filhas que seguiram as trajetórias familiares de trabalhos domésticos, como para as que se inseriram em outros setores da economia. Além disso, podemos observar que mesmo possuindo elementos característicos da juventude como viver com os pais e estar estudando, a inserção no mercado de trabalho como uma condição de sobrevivência é elemento suficiente para que as jovens sejam vistas como adultas por sua família e por si mesmas.

4.4. Projetos individuais e familiares de futuro

O objetivo principal desse estudo é apreender as continuidades e rupturas nas trajetórias familiares em trabalho doméstico. Além de apresentar as trajetórias a partir de narrativas de mulheres que possuem ao menos duas gerações de trabalhadoras doméstico nas famílias, procuramos entender o que orientou a construção dessas trajetórias.

Buscamos entender o projeto de futuro que essas mulheres e essas famílias foram constituindo ao longo dessa trajetória e, mais enfaticamente, entender como esse projeto se apresenta agora, em relação à última geração de mulheres nessas famílias. Usamos como referencial A. Shutz, para quem *projeto* pode ser entendido como “conduta organizada para atingir finalidades específicas”. Dessa forma, projeto de futuro poderia ser entendido como um “planejamento de ações para o tempo que há de vir, marcado pelos desejos e trajetórias individuais (Costa, 2009).

Apesar de os projetos guiarem ações e marcarem as trajetórias individuais à todo o momento, há períodos da vida em que a construção de projetos aparece com maior ênfase. Para Almeida (2010), a construção de projetos de vida encontra-se particularmente presente no processo de transição da juventude para a vida adulta. É nesse momento que as expectativas em relação às esferas profissional e pessoal são analisadas visando uma conciliação entre elas.

É importante, contudo, salientar que os projetos não são baseados apenas em expectativas, e sim, são construídos a partir de uma relação com a realidade, com o possível. É nesse sentido que Velho (1999) usa o conceito de *campo de possibilidades* evitando um viés racionalista na interpretação das construções dos projetos de vida. Para o autor, é fundamental pensar o conceito de *projeto* a partir da relação entre *campo de possibilidades* e expectativas individuais:

Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de *projeto* e *campo de possibilidades* podem ajudar a

análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades. (p. 40)

Nas narrativas das mulheres entrevistadas é possível observar eventos de suas vidas nos quais a delimitação dada pelo *campo de possibilidades* à construção do *projeto individual* fica clara. Como no extrato a seguir, onde a expectativa de cursar uma faculdade tem como obstáculo a impossibilidade de morar em outro município:

Eu queria estudar, chegar até uma faculdade. Mas a cidade onde a gente morava era pequena, não tinha faculdade. Para estudar, tinha que sair de lá, morar em outra cidade. Então eu pensava que não era pra mim, porque eu sabia que tinha condições da minha mãe me sustentar em outra cidade. De ter que sustentar duas casas, né? (Kely, 24 anos)

Podemos, usando termos de Bourdieu (2007), afirmar que os projetos são construídos a partir de uma articulação entre *oportunidades objetivas* e *expectativas subjetivas*. Assim como o autor já demonstrou, há uma tendência à defasagem entre oportunidades e expectativas. As trajetórias são construídas orientadas pelos projetos de futuro e, quando existe uma alteração nas oportunidades objetivas, criam-se novas expectativas a partir dessa mudança. Seguindo no mesmo exemplo utilizado acima, podemos notar que a mudança de município aparece como uma nova oportunidade objetiva, geradora de novas expectativas:

Mas aí, quando eu tinha uns 10 anos a gente veio pra cá e aqui tem faculdade. E então facilitou a minha vida. Quando eu tava no ensino médio, aí eu fui pensando que queria fazer. (Kely, 24 anos)

Conforme Almeida (2010) é possível afirmar que as esperanças subjetivas tendem a se ajustar às oportunidades objetivas. Nesse sentido, é possível dizer que os projetos vão sendo construídos através de uma negociação com o possível, com a realidade colocada para esse indivíduo. Ou, ao menos, pela percepção que ele tem desta realidade, a qual se reporta para sua trajetória e de seus iguais.

O projeto no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade. (Velho, 1999. p. 27)

Na continuação da narrativa, observamos que as novas expectativas de futuro, geradas por um aumento das oportunidades objetivas, também ocorrem dentro de um campo de possibilidades:

Só que eu precisava pensar alguma coisa que era possível pra mim. Dentro os cursos que tinham aqui, o que mais me interessou foi ciências biológicas, mas era numa faculdade particular, então já não era bem dentro do meu poder aquisitivo. Daí eu fiz vestibular para geografia na estadual daqui. (Kely, 24 anos)

Dessa forma compreendemos que o projeto de vida não é algo estático, mas algo que

vai sendo construído ao longo da trajetória de cada indivíduo, de acordo com as vontades e as possibilidades. Cada indivíduo busca manter uma narrativa biográfica coerente, embora revisada frequentemente, em um contexto de múltiplas escolhas. (Almeida, 2010)

A mudança é uma reconfiguração na relação entre expectativa subjetiva e condições objetivas, é uma resposta do indivíduo às mudanças que ocorrem no contexto em que seus projetos de futuro vão sendo construídos. Como expõe Velho (1999), “Os projetos, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam através de seus projetos”. Assim, alterações no contexto modificam projetos e modificam as pessoas, mudando o rumo de suas trajetórias.

As mudanças no campo de possibilidades não se limitam à aparição de novas oportunidades concretas, mas podem resultar de uma mudança de contexto, de uma socialização com um novo conjunto de valores e expectativas. Na narrativa analisada, observamos que o ingresso na universidade representa essa mudança de contexto para a jovem:

Comecei a faculdade, e a faculdade me abriu a cabeça, assim. Só que não era exatamente o que eu queria porque eu acho que não tenho vocação. Mas eu terminei a faculdade e comecei outra, não terminei ainda, mas pretendo. (Kely, 24 anos)

Velho (1999) sinalizou para o fato de que a mudança contextual ocorre mais facilmente em jovens que possuem maiores oportunidades e mais facilidade em “transitar em mundos diferentes”.

É importante observar que a construção do projeto de vida é feita articulando oportunidades e vontades das diferentes esferas da vida. No decorrer das trajetórias, o indivíduo busca conciliar as suas expectativas nas esferas de vida pessoal, profissional, familiar, dentre outras. Ao realizar essa articulação, forma-se um modelo de prioridade que norteia a tomada de decisões. No entanto, podemos observar que ao longo da narrativa, esse modelo de prioridade pode sofrer alterações.

A minha ideia é terminar a engenharia ambiental. Na verdade, a idéia era me formar agora esse ano, mas como eu engravidei, vou ter que adiar mais uns dois anos pelo menos. Mas eu pretendo terminar. (Kely, 24 anos)

Além de lidar com as diferentes esferas de vida, os projetos individuais se relacionam com projetos coletivos, com os projetos de outros indivíduos e com projetos que pessoas próximas, como membros da família, traçam para si:

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um *campo de possibilidades*. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de *projetos* diferentes, até contraditórios. Suas pertinência e relevância serão definidas contextualmente. (p. 46)

Os projetos que as mães traçam para os filhos, por exemplo, não necessariamente respondem à mesma lógica do projeto que esses traçam para si. Nas narrativas estudadas, um momento que marca claramente essa diferença é quando as mães falam sobre as filhas que continuaram as trajetórias familiares em trabalho doméstico. Como demonstrado na segunda seção desse capítulo, ao narrarem a entrada de suas filhas mais velhas no ramo dos serviços domésticos, todas as mães demonstraram que gostariam de um futuro diferente para as suas filhas, mesmo entendendo que não existiam muitas possibilidades naquele momento.

Em relação às filhas mais jovens, notamos que todas as mulheres guardam para as próximas gerações um projeto de ascensão social ligado ao processo de escolarização:

Eu gostaria que minha filha estudasse para ter um futuro melhor que o meu... ter uma profissão. Por isso que agora ela tá só estudando (Giza, 46 anos)

Da Kely, eu já pensava em ela estudar. Deixar que ela estudasse mais do que eu e a Drica. (Soeli, 50 anos)

Quero que eles façam uma faculdade que tenha bastante rendimento, tem que ter um bom retorno financeiro para se manter. (Drica, 34 anos)

O que eu queria mesmo era que elas terminassem os estudos para poder fazer outra coisa (Jacira, 52 anos)

Embora todas as filhas mais jovens apresentem rupturas nas trajetórias familiares em trabalho doméstico e ressaltem que essa possibilidade não está colocada em seus projetos de futuro, não são todas que possuem um projeto de aumento da escolarização. Como é o caso das quatro filhas mais jovens de Jacira que não concluíram o ensino fundamental e não pretendem fazê-lo. Seus projetos de ascensão social estão ancorados em progressões nas empresas onde trabalham.

O projeto de alteração da trajetória profissional familiar, ao contrário do que se pode pensar, não atende, nas narrativas estudadas, à demandas ligadas ao rendimento e à jornada de trabalho, ao menos não em um primeiro momento:

A quantidade de horas que a gente trabalha é mais ou menos a mesma, só que eu fico sentada, o dia inteiro no telefone, só. Bem mais tranquilo e menos cansativo, né? (...)Em termos de renda não muda muito. Não tem muita diferença do nosso salário. Só pela comodidade mesmo, por ser um trabalho mais tranquilo. (Kely, 24 anos)

Não sendo esse o foco desse estudo, e com uma amostra pequena de jovens que romperam com a trajetória familiar em trabalho doméstico, torna-se difícil apresentar quais são os “motivos” mais frequentemente apontados pelas jovens para não possuírem como horizonte o serviço doméstico. Contudo, arriscamos a apontar dois fatores, com base nas

entrevistas feitas: a desvalorização da ocupação que não está relacionada unicamente com baixos retornos financeiros, mas também com falta de valorização social. E a perspectiva de crescimento profissional, como mostram os trechos a seguir:

Quando eu comecei ali na empresa eu trabalhava na rua, fazia pesquisa de casa em casa, agora eu fico só no telefone. (Kely, 24 anos)

E assim, tu começa de auxiliar e vai crescendo. È que nem a Dani: ela não começou como caixa, mas agora é mais tranquilo o trabalho dela, né? (Gisele, 22 anos)

É importante ressaltar que em várias falas aparece a noção de *tranquilidade*. Apresentamos aqui a necessidade de realizar mais estudos sobre a temática, e verificar a recorrência de conceitos semelhantes a esse em uma amostra maior e mais representativa.

Os projetos não existem apenas em nível individual, mas também coletivo. O caso mais tradicional dos projetos de futuro coletivos são os familiares. Os projetos coletivos são vivenciados de formas diferentes pelos diversos indivíduos que o compartilham, conforme Velho (1999):

Um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de status, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração. (p. 47)

Encontramos projetos familiares em todas as narrativas estudadas. Eles são permeados por mudanças de município, de bairro, início em novos empregos, realização de cursos, enfim, há uma série de ações realizadas graças ao envolvimento de todos os membros das famílias, visando o bem coletivo.

Ao analisarmos as trajetórias familiares em trabalho doméstico, encontramos regularidades nos projetos das famílias: as filhas mais velhas ingressam no trabalho doméstico enquanto as mais novas dedicam-se a outras ocupações.

Contudo, observamos que mesmo que esse seja um projeto coletivo de mobilidade social, ancorado na perspectiva de crescimento profissional das filhas mais jovens, apenas na família onde o projeto foi construído de forma coletiva e executado por todos os membros é que esse projeto demonstrou maior efetividade imediata.

É o caso da família 3, na qual foi possível entrevistar os três perfis de mulheres. A fala da filha mais jovem explicita que o projeto de ascensão social como um projeto familiar, executado de forma coletiva e visando uma mobilidade social da família como um todo.

O projeto coletivo fica claro na primeira vez, quando a filha mais nova fala sobre a sua inserção tardia no mercado de trabalho, possibilitada pelo sustento da família provindo do

trabalho da mãe e da filha mais velha.

Na verdade, a mãe e a Drica trabalhavam e eu acabei não precisando, assim, trabalhar muito cedo. Então, quando teria que começar a trabalhar, a Drica teve o primeiro filho, daí em vez de trabalhar, eu cuidava dele para ela poder trabalhar, aí ela e a mãe me sustentavam. Então eu tive meu primeiro emprego super tarde, com 20 e poucos anos. Que daí quando eu comecei a faculdade, eu estudava a noite e de dia eu ficava com o Gabriel. E agora há pouco tempo que eu comecei a trabalhar mesmo, de carteira assinada, trabalhando com pesquisa por telefone. (Kely, 24 anos)

Além de terminar a graduação em geografia, Kely iniciou a graduação em engenharia ambiental, que está atualmente trancada. A pretensão é retomar o estudo dentro de dois anos, já que agora pretende dedicar-se para a família (no momento da entrevista já estava grávida).

A última parte da narrativa de Kely foi dedicada à explicitar o quanto os feitos alcançados na realização do projeto de mobilidade social, ou seja, a formação no ensino superior e o ingresso na segunda faculdade, não foram conseguidos apenas por mérito seu, mas de todas as mulheres da família.

Mas, assim, eu tenho que dizer que se não fosse a minha mãe querer tanto que eu estudasse e se ela e a Drica não se esforçassem tanto, eu não teria conseguido, né? Porque se eu fosse, tivesse que começar a trabalhar o dia todo e tal, acho que eu ia acabar desistindo de estudar, porque é difícil no começo, Trabalhar bastante, ganhar pouco e ir para a aula de noite, já cansada, né? Tem que tirar tempo para fazer os trabalhos, pra lê, pra tudo... Aí acaba deixando de lado mesmo. Então eu acho que o esforço foi mais delas do meu para terminar a faculdade. (Kely, 24 anos)

Soeli, sua mãe, sonha com a continuidade do projeto:

(...)Mas o meu sonho é que ela continuasse, fizesse mestrado e pós-graduação... Eu nem entendo direito o que é isso, só sei que com pós-graduação ela ganha mais, né? (Soeli, 50 anos)

Nesta fala, proferida pela mesma mulher que ao narrar a sua inserção no mercado de trabalho aos treze anos diz “era trabalhar para sobreviver”, é possível perceber o processo de ampliação do *campo de possibilidades* dessa família. Esse aparente abismo que existe entre uma fala e outra é superado graças ao esforço das mulheres dessa família em concretizarem um projeto coletivo de mobilidade social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, algumas conclusões parciais foram expostas, principalmente no capítulo dedicado à análise dos dados primários. Assim, essas considerações finais apresentam-se como uma síntese dos principais apontamentos levantados no decorrer do trabalho. Para dar conta do objetivo central dessa pesquisa torna-se fundamental retomar o problema de pesquisa que orientou esse estudo, assim como a hipótese construída ainda na fase de projeto. Considerando que a revisão bibliográfica e os dados secundários utilizados, respectivamente, no primeiro e no segundo capítulo, acenaram para uma diminuição do contingente de trabalhadoras domésticas e para o envelhecimento do seu perfil, o que buscamos averiguar com essa pesquisa era se as últimas gerações de famílias com histórico de inserção em trabalho doméstico constroem trajetórias profissionais ligadas a outras ocupações.

A hipótese central era a de que as filhas das trabalhadoras não trabalhavam e nem queriam trabalhar como empregadas domésticas. A verificação dessa hipótese aconteceu junto com o caminho percorrido para se atingir os objetivos específicos que também nortearam a construção dessa pesquisa

A análise das entrevistas narrativas mostrou que, na realidade, apenas as filhas mais jovens seguem trajetórias de trabalho em ocupações diferentes à de suas mães. As filhas mais velhas (com mais de 30 anos quando da realização da entrevista) apresentam continuidade na trajetória familiar em trabalho doméstico.

Essa conclusão está fortemente ligada com apontamentos específicos já apresentados no decorrer do trabalho, relacionados ao processo de transição para a vida adulta, e com a construção de projetos de futuro.

Em relação à transição para a vida adulta, as narrativas acenaram para uma maior importância dos processos ligados ao trabalho em todas as gerações analisadas. Trechos das narrativas demonstraram que no momento em que as interlocutoras alcançaram a independência financeira passaram a serem vistas e se sentirem adultas.

Outros eventos relacionados ao processo de transição para a vida adulta como maternidade, casamento e saída da casa dos pais mostraram-se ainda fortemente interligados nas famílias estudadas, diferentemente do que apontam os dados para a maioria da população jovem no país conforme demonstraram Heilborn e Cabral (2006). Além disso, em todos os casos, esses eventos foram antecidos pela inserção no mercado de trabalho.

A última, e mais significativa, constatação relacionada ao ciclo de vida é a de que os tempos de juventude são diferentes entre as gerações de mulheres analisadas. As mulheres que no momento da entrevista possuíam mais de 40 anos, tiveram a sua inserção no mercado de trabalho antes dos 15 anos de idade, quando passaram a assumir responsabilidades da vida adulta. Essa interrupção da juventude veio mais tarde para as suas filhas, mesmo que de formas diferentes, dependendo do ano de nascimento. As filhas mais velhas, hoje entre os 30 e 36 anos, obtiveram a conquista da independência financeira por volta dos 18 anos. Já as filhas mais jovens, passaram por processo semelhante depois dos 20 anos. Madeira (2006) alerta que o fenômeno do *prolongamento da juventude* se limita à parcela da população com maiores rendimentos. A análise nos mostrou que o fenômeno não se aplica às famílias estudadas quando observadas por um recorte *intrageneracional*, já que as jovens são consideradas “mais adultas” do que a maioria da população com a sua idade, entretanto, apontamos para um *prolongamento intergeracional*, já que a sua transição para a vida adulta ocorre mais tarde do que para as demais gerações de mulheres da sua família.

No tocante à construção dos projetos de futuro, observamos, nas narrativas, defasagens entre as oportunidades objetivas e as expectativas subjetivas (Bourdieu, 2007). É possível notar que as trajetórias dessas mulheres são construídas visando contornar essa defasagem, na busca por melhores condições objetivas para a realização de suas vontades.

Essa defasagem é menor na última geração estudada, por uma série de fatores como a difusão da educação, e o aumento de novos postos no mercado de trabalho e de políticas públicas voltados ao segmento jovem. Podemos afirmar que existe uma ampliação no *campo de possibilidades* das filhas mais jovens e, por isso, possuem maiores chances de construir trajetórias diferentes das demais mulheres de suas famílias.

A construção de projetos de vida se dá dentro do *campo de possibilidades* dos seus protagonistas (Velho, 1999). Dessa forma, essa ampliação foi o que oportunizou que os projetos de vida construídos pelas filhas mais jovens, ou para elas, apontassem para rupturas nas trajetórias familiares em trabalho doméstico.

Esses novos projetos estão ancorados em uma perspectiva de mobilidade social através do aumento da escolarização ou do crescimento funcional em trabalhos atuais. A mobilidade esperada visa à distinção das trajetórias dos mais jovens com a dos pais, em função de novas interações sociais e experiências (Barros, 2010).

Por fim, podemos afirmar que as famílias que construíram e executaram coletivamente um projeto ancorado no aumento da escolarização das filhas mais jovens, buscando garantir uma ruptura nas trajetórias familiares em trabalho doméstico, obtiveram resultados mais

imediatos no tocante à mobilidade social.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rachel de Castro. **O valor do trabalho para a juventude contemporânea na elaboração de projetos de vida**. Tese (doutorado). PUC – Minas. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2010.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Gênero nos estudos do trabalho. IN: QUARTIM DE MORAES, Maria Lygia (et all) (Orgs). **Gênero nas fronteiras do sul**. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, p. 85-96, 2005

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Trajetórias de jovens e adultos: ciclo de vida e mobilidade social. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 16, n. 34. jul/dez 2010. p. 71-92.

BOURDIEU, Pierre. 1983. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 112-12

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007

BRASIL. **CLT – Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943.

_____. **Emenda Constitucional nº 72/2012**.

BRITES, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia – bastidores do serviço doméstico**. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. Série II Alast. São Paulo: Editora Alast, 1998.

BRUSCHINI, Cristina. Capítulo suplementar – Mulheres e homens no mercado de trabalho: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M; HIRATA, H. (Org.) **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho doméstico: inatividade ou trabalho não remunerado?**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, 2006.

CANTO, Liana Pereira Machado. Narrativas de trabalhadoras domésticas estudantes da EJA e suas relações com o saber, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo. 2009.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão e. Introdução. In: CAMARANO, A. A. (Org) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006 p. 13-30.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 2, jan/jun 2002.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes. In: Congresso da Associação

Latino Americana de População, ALAP, I, 2004, Caxambú, Minas Gerais.

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: **Cadernos de Sociologia**. Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 9, 1998, p. 11-47

COSTA, Aline Bogoni. **Projetos de futuro na aposentadoria**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2009.

CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e relações de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. **Sociologias**, Gênero, Família e Globalização, Porto Alegre, UFRGS, ano 11 n° 21, p. 66-93, jan/jun. 2009.

ENGELS, Frederick. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FARIAS, Zaíra. **Domesticidade: “Cativo” Feminino?**. Rio de Janeiro: Achiamé/CMB, 1983.

FLICK, Uwe Entrevista episódica. In: BAUER, Martin. W.; GASKELL (org.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008

FRAGA, Alexandre. **De empregada à diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. UFRJ, 2010.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO, A. A. (Org) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006 p. 171-190.

HEILBORN, Maria Luiza; CABRAL, Cristiane S. Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: CAMARANO, A. A. (Org) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006 p. 225-257.

HIGMAN, B. W. El servicio doméstico en Jamaica desde 1750. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs). **Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe**. Venezuela: Ed. EPU, 1993. p. 41-66.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe operária em dois sexos. **Revista de Estudos Feministas**. Ano 2, 1º s, 1994.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 37, n° 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: BRUSCHINI, ET AL. **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro, FGV, 2008.

HIRATA, Helena, Trabalho (Um conceito de). In: HIRATA, H; LABORIE, F. ; Doaré, H. L; SENOTIER, D. (Orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

IASI, Mauro Luís. Trabalho doméstico e valor. In: **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** (pp. 90-113). Tradução: P. A. Guareschi). Petrópolis: Vozes, 2002.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações de gênero. In: HIRATA, H.; LABORIE, F. ; Doaré, H. L; SENOTIER, D. (Orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KOFES, Maria Suely. Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas. In: KOFES, Maria Suely et al. **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila; LINHARES, Leila; JORGE, Angela. **Trabalho a domicílio: novas formas de contratação**. OIT, Genebra, 1998

LEÓN, Magdalena.. Trabajo Doméstico y Servicio Doméstico en Colombia. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary.(orgs) **Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe**. Venezuela: Ed. EPU, 1993

LIMA, Rita de Lourdes. et tal. Trabalho doméstico e desproteção previdenciária no Brasil: questões em análise. **Revista Katál**. Florianópolis. v.1 n.1, jan-jun 2010, p.40-48

LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 33, pp. 7-16, 1991.

MADEIRA, Felícia Reicher. Educação e Desigualdade. In: CAMARANO, A. A. (Org) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006 p. 139-170.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

MELO, Hildete. **O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a Trabalhadoras**. Texto para discussão nº 565, IPEA, 1998.

MELO; CASTILHO. **Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?** UFF Economia – Texto para Discussão – 215. Niteroi, Junho/2007

MENANDRO, M. C. S.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 55, n. 1, p. 42-55, 2003.

MENICUCCI, E. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MILKMANN, Ruth; REESE, Ellen; ROTH, Benita. A macrosociologia do trabalho doméstico remunerado. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**. ano 4, n.7, p.143-168, 1998

MOTTA, Alda Britto da. Emprego Doméstico: revendo o novo. **Cadernos CRH**, n. 16, 1992.

MTE, Ministério Trabalho e Emprego. **Trabalho doméstico: direitos e deveres**: orientações. 3ª Ed. Brasília: MTE, SIT, 2007.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução – um estudo das trabalhadoras do tele marketing. São Paulo: Expressão Popular, 2ª edição, 2011.

PENA, M. V. J. **Mulheres e trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Virgínia Areias. **Herança escravocrata e trabalho doméstico remunerado**: rupturas e permanências. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

ROSALDO M. e LAMPHERE L. Introdução. In: _____ (Org.). **A Mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 17-32.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SOARES, Luís Eduardo. A duplicidade da cultura brasileira. In: SOUZA, J. (org.) **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora da UNB, 1999. p.223-235.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e não-remunerado. In: **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SORJ, Bila. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: SILVEIRA, Maria Lúcia; TITO, Neuza. **Trabalho doméstico e de cuidados**: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempre Viva, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v.17 n.2, p.141-172, novembro de 2005.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.